

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL**

**POLÍTICA, RELIGIÃO E MODERNIDADE EM SANTA MARIA/RS
NO INÍCIO DO SÉCULO XX**

TEXTO DE MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

JANAINA MARCHI

SANTA MARIA – 2011

**POLÍTICA, RELIGIÃO E MODERNIDADE EM SANTA MARIA/RS
NO INÍCIO DO SÉCULO XX**

Por

Janaina Marchi

Texto de monografia apresentado ao Curso de Especialização em História do Brasil do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM – RS) como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em História do Brasil**

Vítor Otávio Fernandes Biasoli

SANTA MARIA – RS – BRASIL

2011

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós Graduação em História**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova o Texto de Monografia de Especialização

**Política, religião e modernidade em Santa Maria/RS
no início do século XX**

elaborada por
Janaina Marchi

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em História do Brasil

COMISSÃO EXAMINADORA:

VÍTOR OTÁVIO BIASOLI, PROF. DR.

(Presidente/Orientador)

Júlio Ricardo Quevedo dos Santos, Prof. Dr.

(1º Membro Titular)

Diorge Alceno Konrad, Prof. Dr.

(2º Membro Titular)

Maria Medianeira Padoin, Prof^ª. Dra

(Membro Suplente)

Santa Maria, 25 de fevereiro de 2011

*A João Vitor, esse pequeno serafim
que ilumina os meus dias e renova minhas esperanças.*

AGRADECIMENTOS

Ao apresentar um trabalho intelectual em sua versão final, se oculta, atrás de cada palavra, os momentos difíceis que acompanham a sua produção. Fica escondida assim, a falta de inspiração, a preguiça da leitura, até os momentos de loucura, onde a emoção oscila entre o êxtase de um parágrafo bem escrito e a sensação de não saber o que fazer no próximo, para onde ir e como terminar. Tudo isso fez parte da elaboração desta monografia e eu chego aqui, nesta versão final, com a sensação de dever cumprido, mas não satisfeita. O desejo de conhecimento me acompanha sempre, por isso, reservo a mim o direito de voos maiores.

Agradeço a todos aqueles que estiveram comigo nessa caminhada, pois sozinhos não avançamos nem um único passo.

Aos meus pais e minha irmã, meu porto seguro, meu apoio, meu recanto, aos quais devo em grande parte o que eu sou. Minha gratidão a vocês é eterna!

Aos meus amigos e amigas da pós-graduação, em especial, à amiga Andreliana, minha irmã do coração. Você, Andri, é um presente que a vida me deu. Obrigado pela paciência, pela compreensão, pelos exemplos de luta, perseverança e obstinação.

Aos queridos professores da graduação e da pós-graduação, que fizeram da minha vida acadêmica uma construção do saber. Em especial, agradeço à querida professora Silvana Grunewaldt, pela motivação a participar do curso de Especialização; ao professor Vítor Biasoli, pela acolhida em meio ao percurso, a qual contribuiu de maneira decisiva para a realização desta monografia; aos avaliadores deste trabalho, professores Diorge, Júlio e Medianeira, uma banca escolhida a dedo, com a certeza de que contribuirão para o meu crescimento profissional; ao querido e inesquecível professor Luiz Eugênio Vécio (*In Memoriam*), agradeço pela sabedoria compartilhada, pelos conselhos, pela amizade!

Muito obrigado a todos!

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-graduação em História do Brasil
Universidade Federal de Santa Maria

Política, Religião e Modernidade em Santa Maria/RS no início do século XX

AUTOR: JANAINA MARCHI

ORIENTADOR: VITOR OTÁVIO FERNANDES BIASOLI

Local e Data da Defesa: Santa Maria, 25 de fevereiro de 2011.

Este trabalho buscou reconstituir parcialmente o processo de urbanização e modernização da cidade de Santa Maria, partindo das medidas adotadas pela legislação dos Códigos de Postura deste município no final do século XIX e início do século XX e da atuação de congregações religiosas, principalmente Palotinos, tendo em vista as transformações no cenário urbano do município que refletem o contexto de mudanças pelo qual Santa Maria vinha passando desde a chegada da ferrovia, em 1885.

Palavras-chave: Santa Maria, modernidade, códigos de posturas

ABSTRACT

Postgraduation Monograph
Course of Post-Graduation in Brazilian History
Federal University of Santa Maria

POLITICS, RELIGION AND MODERNITY IN SANTA MARIA / RS IN THE EARLY TWENTIEH CENTURY

This study attempts to partly reconstruct the process of urbanization and modernization of the city of Santa Maria, starting from the measures adopted by the laws of this city codes posture in the late nineteenth and early twentieth century and the role of religious congregations, mainly Pallottines, taking the transformations in the urban landscape that reflect the changing context in which St. Mary had been experiencing since the arrival of the railway in 1885

Keywords: Santa Maria, modernity, codes of postures

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 A CIDADE E A SOCIEDADE DE SANTA MARIA DA BOCA DO MONTE NO SÉCULO XX	11
1.1 Santa Maria dezenoviana: cidade e sociedade	13
1.2 Santa Maria nos trilhos do trem: a chegada da ferrovia como impulso para o desenvolvimento e urbanização do município.....	19
2. A CIDADE E AS SOCIABILIDADES NORMATIZADAS: OS CÓDIGOS DE POSTURA DE SANTA MARIA (1897 E 1913)	25
2.1 Os Códigos de Posturas do Município de Santa Maria	28
2.1.1 O Código de Posturas de Santa Maria do ano de 1897	28
2.1.2 O Código de Posturas de Santa Maria de 1913	32
3. A MODERNIZAÇÃO SOB O PRISMA DA RELIGIÃO: A CONTRIBUIÇÃO DA IGREJA ULTRAMONTANA NA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PERFIL URBANO PARA A CIDADE DE SANTA MARIA	39
3.1 A Modernização urbana de Santa Maria e a influência da religiosidade.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	52

INTRODUÇÃO

O presente trabalho buscou reconstituir parcialmente o processo de modernização da cidade de Santa Maria, RS, entre os anos que marcam a chegada da ferrovia no município e as primeiras décadas do século XX. Esse período histórico é caracterizado pela difusão em âmbito nacional do ideal “modernizador” que movimentou a Europa entre o final do século XIX e começo do XX.

O capítulo 1 se ocupará de apresentar, numa visão genérica, o impacto causado com a chegada da ferrovia que inaugura um novo tempo para a cidade, expressado no progresso econômico gerado a partir da instalação dos trilhos do trem. O crescimento é rápido, quase intenso, e afetou a vida dos habitantes do município em quase todas as suas esferas.

Num período de 10 anos (1885-1895), a cidade duplica seu número de habitantes. Estes, ao construírem suas vidas no município, paralelamente contribuem na conformação de uma nova cidade, como é o caso dos imigrantes italianos, que começam a marcar o horizonte com sua presença a partir dos anos 1880 e 1890.

O segundo capítulo abordará os esforços despendidos pelo poder público no sentido de modernizar Santa Maria através da organização de uma legislação específica, a partir do ano de 1897, destinada a orientar os comportamentos dos habitantes da urbe e controlar a construção do espaço urbano dentro de um padrão desejado - civilizado e moderno - a fim de que cidade oferecesse condições para o progresso econômico se reproduzir.

Através da lei expressa nos Códigos de Posturas editados em 1897 e 1913, podemos observar um desejo declarado de modificar o espaço urbano e influenciar a maneira como as pessoas ocupavam esse espaço. Legislar nesse sentido se fazia necessário, uma vez que a ferrovia, quando se instala no município, ainda encontra vestígios de uma cidade com nuances de vilarejo, carente de toda estrutura para oferecer suporte ao desenvolvimento que o mais importante entroncamento ferroviário do Sul do país traria.

O terceiro capítulo trará as contribuições da Igreja, através dos Palotinos, Maristas e Franciscanas, para o processo modernizador colocado em andamento no município de Santa Maria. .

Por meio dessas congregações, a Igreja atuará em serviços essenciais ao desenvolvimento e modernização da cidade, como saúde e educação, além de, é claro, promover a doutrinação dos munícipes dentro da ideologia católica através das missas, da realização dos sacramentos e da própria prática pedagógica realizada dentro das escolas.

Observamos assim, a modernização como um processo complexo e amplo, que se desenvolve levando em consideração diferentes atores e diferentes ideologias. É um projeto

inacabado, que encampa características do período e do espaço histórico onde se realiza. Ao encontrar o ritmo e curso próprio de desenvolvimento em cada realidade, a modernidade pode configurar-se como progressista e também como tradicional, dando suporte à prevalência de ideologias conservadoras como o catolicismo, no caso específico de Santa Maria.

1 A CIDADE E A SOCIEDADE DE SANTA MARIA DA BOCA DO MONTE NO SÉCULO XX

A cidade de Santa Maria, situada no interior do estado do Rio Grande do Sul, hoje a 5ª maior deste estado contando com aproximadamente 269 mil habitantes segundo dados do IBGE (2009), tem suas origens nas expedições empreendidas pelas Coroas Ibéricas nos sertões do Rio Grande no final do século XVIII. No processo de demarcação dos limites espanhóis e portugueses na região platina, Santa Maria, a partir do traçado imaginário de Santo Ildefonso (1777), converteu-se em um marco geopolítico e uma referência espacial estratégica, como local de fronteira entre a zona da campanha e a Serra Geral. Posteriormente, o povoamento definitivo da região deu-se sob o domínio luso, iniciando com um acampamento no “Rincão de Santa Maria”, sesmaria concedida a Francisco Antônio Henriques de Amorim em 1789 e, logo depois, ao Padre Ambrósio José de Freitas.

Após passar pela condição de “Capela do Acampamento de Santa Maria” em 1808, “Capela Curada” em 1812, tornou-se Freguesia, sob jurisdição de Vila de São João de Cachoeira, em 1837. Posteriormente, no ano de 1857, Santa Maria foi elevada à condição de Vila. Porém, a instalação do município somente se deu no ano de 1858, no dia 17 de maio (data comemorativa do aniversário do município). “A Freguesia de S. Maria da Boca do Monte e 4º distrito de Cachoeira foi elevada a município, passando a freguesia à vila, por lei provincial n° 400” (BELTRÃO, 1979, p. 171).

Desde suas origens como povoado até a sua configuração como cidade emancipada, Santa Maria teve como uma de suas principais características, se constituir como um “ponto de passagem.” Conforme Flores (2007, p. 143), “indiretamente, os ibéricos, ao traçarem as linhas imaginárias dos limites propostos através do Tratado de Santo Ildefonso, acabaram fazendo dessa localidade um marco geopolítico e uma referência espacial estratégica na região platina.” No entanto, sua conformação como “ponto de passagem” não decorreu simplesmente da fixação de limites. Ainda de acordo com o autor supracitado

Ao longo dos séculos XVIII e XIX os movimentos militares, econômicos e populacionais foram sempre contínuos. Numa primeira fase, ligados ao contexto comercial e mercantilista europeu. Depois, em função da expansão industrial que movimentou as relações de comércio no mundo ocidental. Nesse caso, a região do entorno do Rio da Prata na América do Sul foi revitalizada em termos econômicos, deixando de ser meramente uma zona extrativista, para adquirir condição de importante mercado de exportação de matérias-primas e consumidor de vários produtos do industrialismo europeu. Santa Maria, em tal contexto, não teve grande expressão em função de sua produção agropecuária. Mas sendo um local de trânsito

por vias fluviais e terrestres acabou se destacando como centro regional de comércio (FLÔRES, 2007, p. 143).

A característica da localidade enquanto um local de passagem corrobora-se com o assentamento dos trilhos ferroviários em 1885. “Coração do Rio Grande”, a cidade manteve sempre comunicação com as demais regiões a partir das vias que cruzam o estado. Esse fator de relevância contribuiu para a sua conformação como cruzamento principal de todas as linhas férreas gaúchas no final do século XIX, fato decisivo no fomento do desenvolvimento da cidade. Pode-se dizer que a chegada da ferrovia dinamizou o município, em questões econômicas e sociais.

Ao longo de todo o século XIX, a cidade apresentou um discreto crescimento se comparado com o cenário de desenvolvimento verificado a partir do final do século XIX. A chegada da ferrovia foi um grande marco, cujos reflexos tornaram-se irreversíveis no processo de expansão e visibilidade que a cidade assume desde então. Estudos como o de Carvalho (2005) servem para atestar isso, no momento em que nos mostra a construção de uma diversidade cultural desde a chegada dos imigrantes italianos em 1877 e da ferrovia em 1885, que colorem a paisagem da cidade ao mesmo tempo em que deixam as autoridades preocupadas com o grande acesso de pessoas em busca de oportunidades de empregos.

Karsburg (2007) coloca bem a questão da chegada da ferrovia como um “fato gerador”, seguindo a definição de Emanuel Le Roy Ladurie, para o qual, determinados acontecimentos tem o poder de alterar as estruturas tradicionais e as substituir por novas. Essa definição só é adequada porque de fato a chegada da ferrovia provocou a construção de uma nova configuração econômica, social e política para a cidade, interferindo em hábitos e costumes tradicionais.

Mello (2002), em seu trabalho, nos coloca, a partir da citação de vários autores como João Belém (1989), Romeu Beltrão (1979), Vittorio Buccelli (1905), a evolução urbana da cidade sob diversos aspectos através dos quais é possível identificar o processo de construção da sociedade com base no desenvolvimento do núcleo ferroviário local.

Flores (2007), ao organizar a série Estudos Ferroviários, dedica o vol. 1 a cidade de Santa Maria, onde nos apresenta um resgate sobre a constituição da estrutura ferroviária gaúcha. No entanto, não restringe seu trabalho somente ao contexto ferroviário que a cidade assume após 1885. Apresenta um estudo que busca contemplar as origens do município a partir da demarcação de limites entre as Coroas ibéricas, perpassando a evolução da cidade ao longo do século XIX, com enfoque dado às contribuições que as diferentes etnias que

povoaram o município, colaborando assim para a conformação de uma cidade cosmopolita, sem deixar de associar o progresso econômico do município à chegada da ferrovia.

De um panorama rural, bucólico, provinciano, Santa Maria irá adentrar o século XX respirando ares de modernidade, construídos ao redor do símbolo associado àquele conceito: o trem. Os estudos realizados e consultados nos permitem estabelecer uma comparação entre o ambiente citadino que caracterizava a cidade durante a grande parte do século XIX e as modificações colocadas em andamento a partir do advento da ferrovia. São essas diferenças que pretendemos elucidar de maneira genérica no decorrer deste capítulo.

1.1 Santa Maria dezenoviana: cidade e sociedade

Saudei a graciosa Santa Maria, fagueira e tranqüila na encosta da serra, emergindo do verde-negro da montanha copada o casario, branco, como um fantástico algodão em explosão de casulos.¹

O vaqueano Blau Nunes, personagem de Simões Lopes Neto, descreveu como viu a provinciana Santa Maria em finais do século XIX: destaca o verde da serra contrastando com o branco das casas que surgiam em grande número marcando o horizonte. Um sinal de progresso, que, talvez, os primeiros habitantes da então Capela Curada, em inícios de 1800, jamais imaginaram que aconteceria de maneira tão intensa e rápida ao findar do século. Naquele período, a população do Curato era de aproximadamente “oitocentas almas.” Destas, “uma centena ou mais de índios guaranis, número mais ou menos igual de escravos e oitenta e quatro famílias” (BELÉM, 1979, p 43).

A localidade contava com 7 ruas, de terra, sem calçamento, por onde transitavam agricultores, escravos, modestos comerciantes e alguns estancieiros. Em virtude da situação geográfica do Curato, que facilitava o intercâmbio comercial e confirmava-se como um local de passagem, mas também, em virtude da prosperidade da agricultura e pecuária praticadas por seus habitantes, um grande número de pessoas era atraído ao local, fazendo a população crescer rapidamente. No ano de 1835, já somava 2290 pessoas, 160 casas e 197 prédios.

A diversidade da vegetação característica da paisagem do local proporcionou uma ocupação desigual do seu espaço, com certa dicotomia entre o norte e a porção sul da futura

¹ NETO, Simões Lopes . **Contos Gauchescos**. <http://cafedocomercio.com/contosgauchescos/>

cidade. De acordo com Farinatti (2010, p. 245), o contexto agrário característico da região de Santa Maria era um universo heterogêneo, com relevo e vegetação diferentes em cada parte: o norte marcado pela Serra Geral e ocupado por pequenas propriedades individuais de lavradores nacionais que sobreviviam através do modesto cultivo de alimentos. Já o sul, apresentava uma paisagem campesina, voltada mais para a pecuária, cujas terras eram administradas por estancieiros, pois eram essas de vegetação natural e rasteira, mais apropriadas à criação de gado.

Além de lavradores nativos, outro grupo, que também cultivava alimentos era o dos imigrantes estrangeiros. Alemães, a partir de 1824, vinham ao Brasil com incentivos do governo central para e ocuparam porções de terras no Sul. A população era acrescida, também, por pessoas de vindas de outras regiões da Província e do Império, que vinham para Santa Maria por diversos motivos (FLORES, 2006, p. 34).

Indígenas e negros, juntamente com a existência de luso-brasileiros, imigrantes alemães e os migrantes provenientes de outras localidades, também compunham a sociedade do Curato.

Durante o século XIX, os indígenas que acabaram se fixando em Santa Maria eram provenientes das Missões. Ou seja, já cristianizados. Concentraram-se, em sua maioria, no lugar que ficou denominado de Rua da Aldeia (BELÉM, 1979, p. 3). Adentraram o município no ano de 1802, num total de 30 famílias. Muitos, que nas missões haviam aprendido ofícios como ferreiro, carpinteiro, pedreiro, se ocuparam dessas atividades no povoado que estava recém sendo construído.

Em relação aos afro-descendentes que habitavam a cidade e região, Farinatti (2010, p.31) nos coloca que havia escravos, livres e libertos. Os escravos não estavam restritos aos trabalhos rurais, ocupavam serviços em diferentes atividades no município. Trabalhavam em tarefas domésticas, nas roças, na pecuária e como escravos de ganho nos serviços urbanos. Flores (2006, p.37) expõe que alguns destes escravos configuravam nos testamentos como bens a serem distribuídos por seus senhores ou prestes a receberem suas alforrias com a morte de seus donos. Alguns recebiam a alforria através dos testamentos de seus antigos “donos.”

Todos esses agentes históricos e sua diversidade étnica e cultural compunham o cenário da cidade. Habitavam seus espaços ao mesmo tempo em que o construíam. Um ambiente modesto, cuja economia amparava-se basicamente na agricultura, pecuária e no comércio.

Relatos de viajantes que cruzaram pela cidade e região naquela época nos elucidam o cenário bucólico que caracterizava o local. Como exemplo, citamos um trecho do francês Auguste Saint-Hilaire, que passou por Santa Maria em 1821:

A Vila de Santa Maria, chamada geralmente Capela de Santa Maria, se localiza (...) a meio quarto de légua da serra. Está construída numa colina muito irregular; de um lado, avista-se uma alegre planície, revestida de pastagens e de tufo de capim; do outro lado, a vista é limitada por montanhas cobertas de florestas sombrias e espessas. A vila se compõe, atualmente, de umas trinta casas, que formam um par de ruas, onde existem várias lojas comerciais bem montadas. A capela, muito pequena, se acha numa praça, ainda em projeto (SAINT-HILAIRE, 1997, apud FLORES, 2006, p. 27).

O relato do viajante francês diz respeito às características do ambiente que formava o povoado e à localização do seu ponto central, construído em torno da Capela. A Capela da Matriz estava situada justamente na praça principal da vila, na “praça em projeto”, local esse que hoje abriga a praça Saldanha Marinho. Assim como hoje, essa era a localização das duas principais e centrais ruas de Santa Maria, a Rua do Acampamento e a Rua Pacífica, depois do Comércio, e atualmente rua Dr. Bozano. Essa “praça em projeto”, segundo Daudt Filho (2003, p. 198) que nasceu em 1858 e passou parte de sua vida na Santa Maria do século XIX, estava muito longe de ser o que concebemos atualmente por uma Praça: um local com um traçado reto, arborizado, com bancos e espaços para lazer, noção essa, construída com os processos de modernização e urbanização. Ele descreveu um local cheio de barrancos, terra vermelha, coberta de macegas e capim, com uma livre circulação de animais.

A pacata vida dos habitantes da localidade foi interrompida, como nos mostra Belém (1989, p.78), pela iminência da Revolução Farroupilha. Segundo o autor, “os campos despovoaram-se, (...) o gado vacum o único alimento das forças que se digladiavam.” A povoação ficou deserta de homens que tivessem força para os combates. O comércio estagnou. Nesse momento, imigrantes alemães aproveitaram a oportunidade de estarem ausentes na guerra para desenvolverem a atividade.

Flores (2006, p.27) nos alerta em seu trabalho, feito a partir da análise de testamentos, a observar a presença e a importância dos imigrantes alemães e seus descendentes na formação da sociedade santa-mariense, uma vez que existe grande quantidade de sobrenomes desta nacionalidade na documentação pesquisada. Isto demonstra um fluxo intenso de tais imigrantes e descendentes e a importância desses no desenvolvimento sócio-econômico da região. Ainda segundo a autora supracitada, os imigrantes alemães, em sua maioria, dedicaram-se ao comércio.

Os primeiros alemães se estabeleceram na cidade por volta de 1829, e grande parte era de militares do 28º Batalhão de Caçadores, que teriam vindo do centro do país para combater na Cisplatina. Com o final da disputa, muitos se fixaram na região de Santa Maria e acabaram constituindo família (FLORES, 2006, p. 35).

O período de intensificação da atividade comercial para os imigrantes no estado, durante a primeira metade do século XIX foi, sem dúvida, nos anos de Revolução Farroupilha. Segundo Brenner (1995 apud FLORES, 2006, p. 36), enquanto os homens da região foram incorporar os exércitos farroupilhas ou os imperiais, os estrangeiros não participaram ativamente dos conflitos, o que os deixava ociosos para cuidarem de seus comércios e investirem na atividade. Essa questão propiciou a construção de uma identidade alemã ligada e associada às atividades comerciais.

Após dois anos estourada a Revolução, uma lei provincial (lei nº 6, de 17 de novembro de 1837) eleva Santa Maria a condição de Freguesia, deixando, portanto, de ser Capela Curada filial da Matriz de Cachoeira para ser também Matriz. Dessa forma, a então Freguesia, através de seu corpo de eleitores, passaria a ter interferência na vida pública do país. A novidade não pode ser devidamente festejada em virtude das agitações bélicas que movimentavam a província. Somente depois de findados os conflitos entre farroupilhas e imperiais é que a vida voltaria, aos poucos, a normalidade, e a nova condição política poderia ser formalizada no cotidiano pelos santa-marienses.

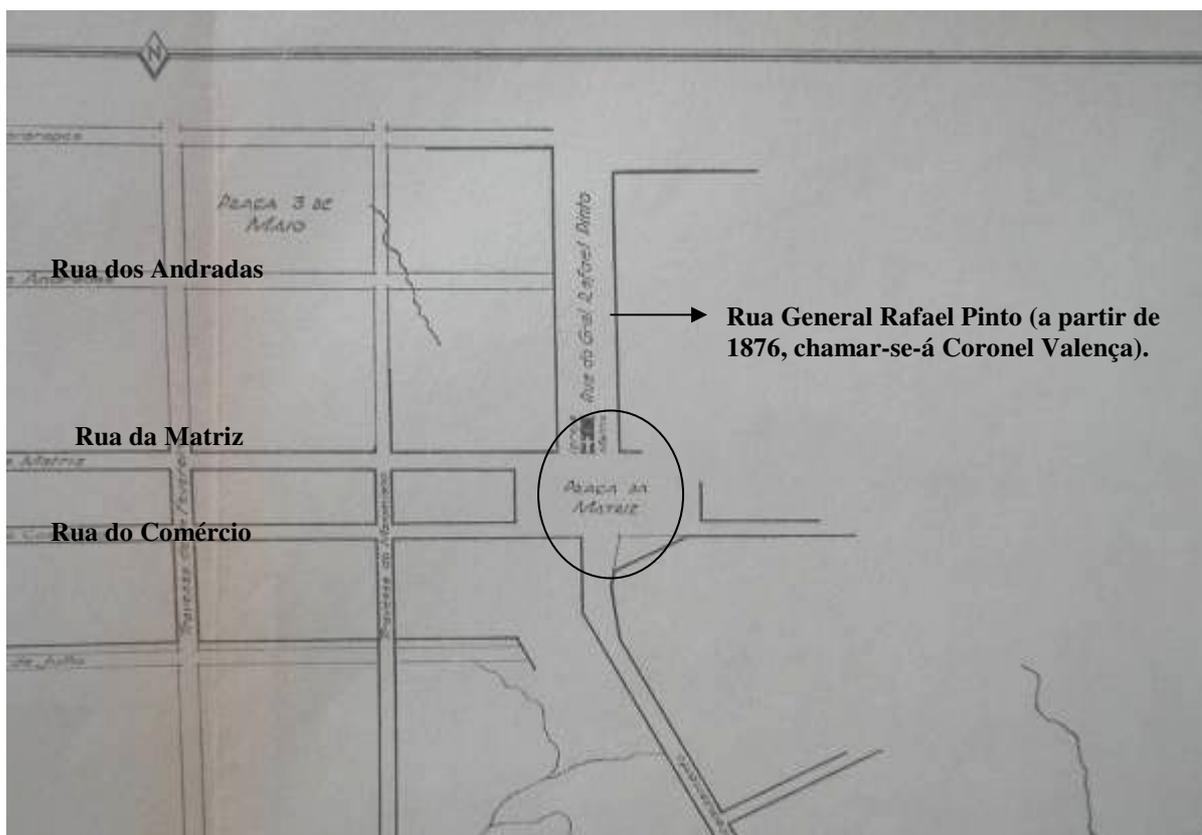
Passados 12 anos do término da Revolução Farroupilha, a então Freguesia é elevada a categoria de Vila, para, no ano seguinte, se emancipar, em 1858. Nesse momento, a cidade encontrava-se ainda abalada pela estagnação causada por uma década de batalhas. Gradativamente, a ocupação dos campos ia sendo retomada pelos agricultores e estancieiros. Salvava-se o comércio, que, apesar do contexto, conseguia se expandir. “Viam-se lojas de fazendas e miudezas, armazéns de secos, molhados e ferragens, oficinas de alfaiate, de ferreiro, de marceneiro, imobiliária e a botica de Fausto Antonio da Cruz Brilhante²” (BELÉM, 1989, p. 88).

Apesar de conseguir manter sua economia ativada em virtude do desenvolvimento comercial praticado pelos alemães estabelecidos no município, estudos caracterizam o ambiente da cidade recém constituída como essencialmente “rural, local, pobre, periférico em termos econômicos e políticos” (KARSBURG, 2007, p. 20). Seu traçado era marcado por ruas estreitas, calçadas de tijolos de barro, sem iluminação pública, água encanada, saneamento básico, por onde transitavam pessoas cuja vida social era recatada e privada,

² Fausto Antonio da Cruz Brilhante foi o primeiro farmacêutico que teve a comunidade.

quase estritamente familiar. A área urbana se confundia com o espaço rural, pois os limites não estavam bem afixados. “Em Santa Maria, a fronteira agrícola permaneceu aberta até o início da segunda metade do século XIX” (FARINATTI, 1999, p. 32).

No início da segunda metade do século XIX, a população de Santa Maria era a seguinte: 5.000 almas em todo o seu território, contando mais de 4.000 livres, 20 libertos e 966 escravos (BELTRÃO, 1979, p. 185). A povoação desenvolvia-se, estendendo suas ruas e abrindo novas. A planta abaixo nos elucida a formatação do município no ano 1861.



Planta da vila de Santa Maria, 1861. No detalhe, a igreja e a Praça da Matriz. O círculo e os nomes das ruas foram acrescentados por nós. Planta organizada pelo agrimensor Carlos Otto Brinckmann, em 1861 (BELÉM, 1979, p. 86).

De acordo com a planta acima, a igreja matriz e sua praça ficavam na junção das principais ruas de Santa Maria: Acampamento, General Rafael Pinto, Comércio e Matriz. Estando ambas localizadas num ponto estratégico da cidade. Ao todo, a cidade contava com 10 ruas, e mais quatro em projeto.

O “aformosamento” da Praça da Matriz foi umas das imediatas solicitações da então estabelecida Primeira Câmara de Vereadores da cidade, preocupada com melhorias materiais em virtude da aparência de vilarejo que a cidade ainda ostentava. Por ocupar a posição central da cidade, a praça era digna de receber melhoras. Comportava a Capela (erguida entre 1807 e

1808) já em péssimas condições, e um cemitério. No entanto, esse “aformosamento” da Praça tardaria a acontecer. Somente em 1888, depois de uma polêmica situação envolvendo a Câmara de Vereadores e a Igreja Católica, é que se conseguiu demolir a Capela e efetuar o embelezamento do local.

A gravura abaixo, com data aproximada de 1884, nos exemplifica bem a situação de precariedade da Capela localizada na parte central da cidade, logo, representa também a situação na qual se encontrava o lugar. Podemos ver as paredes do templo escoradas por madeiras para evitar que viessem ao chão e também, visualizamos nos arredores as sepulturas, pertencentes ao cemitério que ficava nos fundos da igreja.



Antiga Igreja Matriz. Fonte: Acervo fotográfico do AHMSM

A questão da capela em péssimas condições foi tema da dissertação de mestrado de Alexandre Karsburg (2007), o qual toma o episódio da demolição da velha Igreja, no ano de 1888, como ponto de partida para analisar a Santa Maria dezenoviana em seus aspectos políticos e religiosos. Essa Capela simples era vista, pelas autoridades locais na época dos embates sobre a sua demolição, como a denúncia do arcaísmo e da condição de vila que a cidade desfrutou ao longo do século XIX.

Na década de 1880, temos importantes fatos que marcaram a história da cidade e irão modificar o seu traçado definitivamente: em 1881, chegou a primeira iluminação pública, com lâmpadas a querosene. A iluminação com certeza modificou, e muito, a vida na vila. As ruas passaram a ser mais claras depois que o sol se punha e possivelmente deve ter modificado também os hábitos da população em relação aos horários de transitar pelas ruas.

Em 1885, temos a chegada da linha férrea. O desenvolvimento da cidade, principalmente a partir do início do século XX, adveio, sem dúvida, da movimentação gerada nos trilhos dos trens que cortavam o estado, levando e trazendo pessoas e mercadorias. Já a decadência do transporte ferroviário no de Brasil, nos anos 1950, refletirá, por sua vez, na economia do município, ocasionando um processo de estagnação. A partir do momento da chegada da ferrovia, uma nova cidade começará a se estruturar. Sua população aumentará significativamente em pouco tempo, o que interferirá na composição do espaço urbano, provocando alterações. Novas edificações serão erguidas e todo um processo de estruturação da cidade para dar suporte ao novo contexto será elaborado. Enfim, chega o progresso, anunciado pelo ruído do trem rodando nos trilhos.

1.2 Santa Maria nos trilhos do trem: a chegada da ferrovia como impulso para o desenvolvimento e urbanização do município.

As alterações promovidas pela implementação da ferrovia suscitaram uma adaptação e reestruturação da cidade, a fim de atender às novas necessidades impostas pelo incremento da economia. Muitas mudanças infra-estruturais foram projetadas para dar suporte a esse desenvolvimento econômico centralizado em torno da Viação Férrea.

Segundo Fortes (apud Mello, 2002, p. 52), a rede ferroviária sul-rio-grandense foi formada por quatro linhas importantes, acrescidas de ramais posteriormente. Dessas quatro estradas, três viriam a constituir os entroncamentos principais: Porto Alegre – Uruguaiana, Rio Grande – Bagé, Santa Maria – Marcelino Ramos. A linha Porto Alegre – Uruguaiana passaria obrigatoriamente por Santa Maria. A autorização imperial para sua construção foi dada em 1873. No ano de 1885, foi inaugurada a Estação de Santa Maria

A partir de 1898, a cidade passou a ser um centro ferroviário. O impulso que faltava ao desenvolvimento local foi dado neste ano, com a transferência dos escritórios da *Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil* de Porto Alegre para Santa Maria. Sediada na Bélgica, esta empresa planejava dominar estrategicamente todas as vias de comunicação do

estado. A escolha de Santa Maria para a instalação dos escritórios da companhia se deu em virtude desse desejo, uma vez que a cidade configurava-se como ponto equidistante dos Portos de Rio Grande e Porto Alegre, das vias férreas argentinas, uruguaias e também de São Paulo, no centro do país. Levando-se em conta o viés econômico, podemos dizer que, em pouco tempo, a cidade começou a se expandir no cenário gaúcho e nacional, passando também a atuar como entreposto principal para onde afluíam os produtos da campanha e do planalto a fim de serem exportados para o centro do país ou encaminhados aos portos. Além de favorecer a formação de um entreposto, a instalação dos escritórios da companhia férrea na cidade, desencadeou uma série de outros empreendimentos.

O telégrafo e o trem colocaram Santa Maria em comunicação com o país inteiro. A melhora nas comunicações alterou hábitos da população, agilizou as notícias e tirou do isolamento as cidades da região. A posição geográfica, que inicialmente favoreceu o comércio de tropas, agora era enaltecida com a chegada do trem.

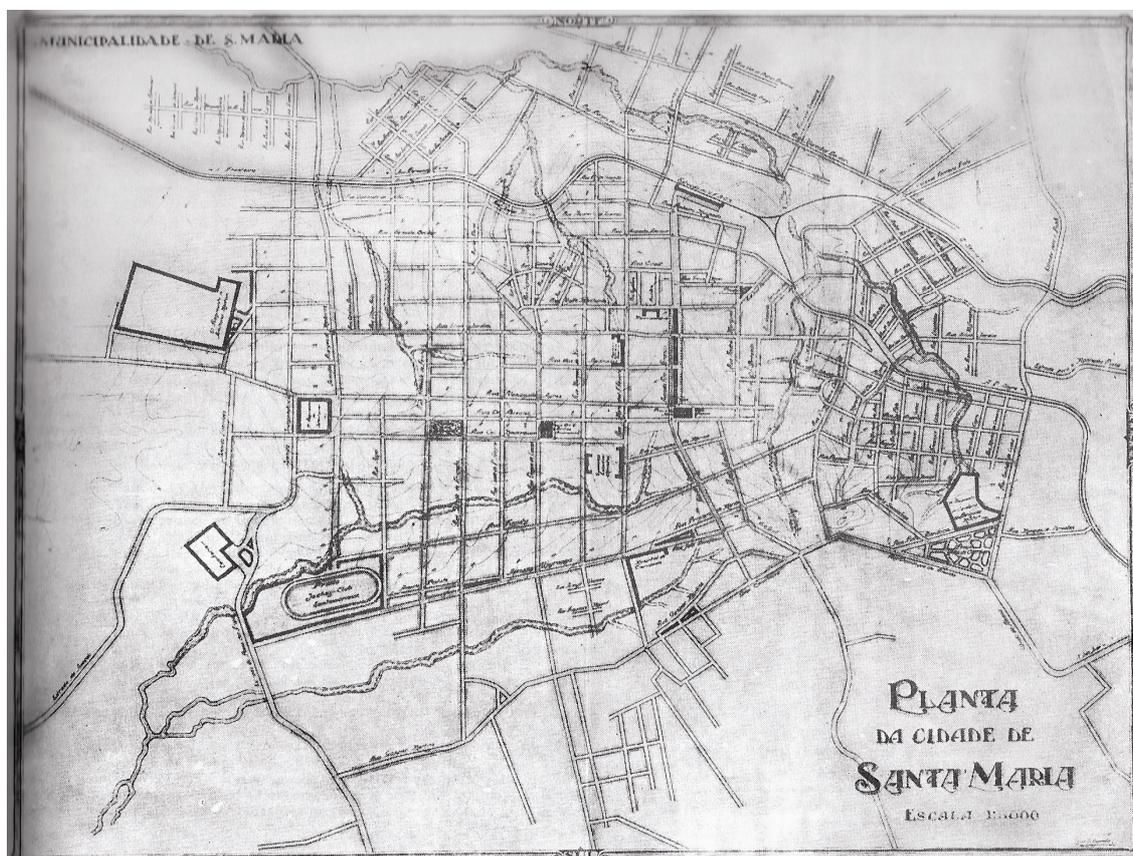
A cidade, ao converter-se num importante entreposto comercial entre a fronteira e Porto Alegre, teve que investir na rede hoteleira para suprir a demanda de vendedores que passavam pela cidade para pernoitar ou para realizar negócios em Santa Maria. Uma vez que o número de empresas comerciais cresceu significativamente a partir da chegada da ferrovia, a cidade teve no comércio seu eixo de desenvolvimento. Gradativamente, o movimento de trens e pessoas ia deixando para trás a imagem de vilarejo.

Os sinais de que os tempos mudavam rapidamente podiam ser vistos por qualquer um que circulasse pelo centro da cidade e seus arredores. As ruas lamacentas, os casebres de madeiras, as capelas escoradas por vigas iam dando lugar para prédios, escolas, hospitais, Igrejas, praças modernas que colaboravam na construção de um ambiente urbanizado e remodelado.

Ao findar a década de 1890, via-se um teatro em construção na antiga Praça da Matriz, construído, inclusive, com o material resultante da demolição da velha Igreja. A imprensa era representada por 4 jornais, a saber: *O Combatente*, *O Popular*, *A Província* e *O Porvir*, sendo este último um periódico literário.

No ano de 1898, a cidade passa a ser iluminada pela luz elétrica. Momento de festas e comemorações, dada a importância do fato. Santa Maria orgulhava-se de ser a primeira cidade do interior do estado a inaugurar essa tecnologia. As ruas centrais foram, num primeiro momento, as contempladas pela eletricidade, e os antigos lampiões, empurrados para as ruas periféricas, para serem, aos poucos, substituídos.

Em 1900, a população da cidade contava com 32.742 habitantes e com uma estatística predial de 1251 imóveis (BELÉM, 1989, p. 159). A cidade crescia vertiginosamente. A planta abaixo nos oferece a dimensão da cidade nessa época:



Planta da cidade de Santa Maria em 1900 (BELÉM, 1989, P. 157).

Em 1907, foi construída a Vila Belga³, e, em 26 de outubro de 1913, foi fundada a Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea que possuía importantes apêndices: a farmácia (1917), Escola de Artes e Ofícios⁴ (1918), açougue (1920), Escola Santa Terezinha⁵ (1927), Casa de Saúde⁶ (1931) (GRUNEWALDT, 2010, pg. 336).

A Avenida Progresso (atual Avenida Rio Branco) tornou-se o eixo comercial da cidade. Em um dos extremos da avenida (na parte norte), localizava-se a Estação de trem, rodeada pela gare e as oficinas de manutenção; no outro extremo, a Praça Saldanha Marinho. “Nesses espaços, imigrantes, especialmente judeus, libaneses e alemães, instalaram casas de

³ A Vila Belga era um conjunto de casas destinado aos empregados da VFRGS. Hoje, é tombada pelo Patrimônio Arquitetônico e Cultural de Santa Maria. Foi projetada pelo engenheiro belga Gustave Vauthier. Fazem parte desse conjunto habitacional 84 casas.

⁴ Essa escola transformou-se, em 1943, no Colégio Hugo Taylor, também dos funcionários da Viação Férrea.

⁵ Inicialmente, essa escola era destinada às filhas de ferroviários. Atualmente, abriga o Colégio Manuel Ribas.

⁶ Hospital pertencente à Cooperativa dos Ferroviários de Santa Maria. Atualmente, foi reaberto pela Prefeitura Municipal com auxílio dos Governos do Estado e Federal.

comércio, hotéis, restaurantes, cervejarias, jornal, entre outros, fazendo de Santa Maria cada vez mais um pólo comercial na região” (GRUNEWALDT, 2010, p. 337).

Novas construções arquitetônicas iam de maneira rápida sendo construídas para poder alojar o número crescente de pessoas que passavam a residir na cidade. Entre 1883 e 1891 o município passou de 3.224 habitantes para 25.207⁷, número que em 1900 subiu para 33.524. E o número de edificações subiu de 486 em 1894 para 1323 em 1900 e para 1904, em 1909. No final da década de vinte existiam 2605 edificações na cidade (GRUNEWALDT, 2010, p. 337).

O crescimento do número de habitantes da cidade está relacionado, além dos fatores já mencionados, à criação do primeiro regimento da cavalaria da Brigada Militar “Cel. Pilar” em 1892 e do Sétimo Regimento da Infantaria, em 1908, os quais trouxeram um grande contingente de pessoas para residirem em Santa Maria.

A construção do novo prédio da Intendência Municipal (1884), inaugurado em 1885, o calçamento da Rua do Comércio com pedra irregular (1895), a nova Catedral (1902), eram medidas que contribuíam na formação de um novo cenário urbano para a cidade, modernizando-o.

O alargamento das ruas, a retirada de casebres da região central, e demolição de imóveis que “poluíam” a paisagem, como o templo da velha Matriz, eram medidas tomadas pelo poder público, atestando que uma nova mentalidade estava sendo fomentada juntamente com o crescimento da cidade. A derrubada Igreja colocou em discussão a intenção de parte da sociedade de reformular o centro da cidade, criar novos espaços de sociabilidade, alterar a arquitetura dos prédios. Políticos e comerciantes estavam motivados a modificar a cidade, a urbanizar e modernizar principalmente a região central, por isso, remover vestígios que lembravam o passado de vilarejo que se queria apagar era fundamental.

Segundo Karsburg (2003, p. 37), “o embelezamento do centro trazia embutida uma valorização crescente do novo em oposição aos signos da cidade colonial(...). O centro deveria passar por uma série de intervenções assentadas na higienização e saneamento.” Todo um processo de reformulação da cidade e reorientação dos hábitos das pessoas que transitavam por essa cidade começou a ser colocado em prática pelo poder municipal.

A condenação de hábitos e costumes ligados às tradições populares, dariam lugar a um novo padrão de sociabilidade burguês emoldurando um cenário suntuoso. A arquitetura dos novos prédios funcionaria como a “lápide dos velhos tempos e uma

⁷ Período que coincide com a abolição da escravatura e com a chegada de imigrantes italianos ao estado.

placa votiva ao futuro da nova civilização (SCHAPOCHNIK apud SEVCENKO, 1998, p. 438-439).

O objetivo era criar um espaço urbano que representasse o progresso e a modernidade que a cidade vinha desenvolvendo. Isso deveria ser visível, por isso a preocupação com a reestruturação dos espaços.

Em 1921, a cidade possuía 88 ruas e seis praças, sendo algumas ajardinadas: Saldanha Marinho, Dr. Saturnito de Brito, Cristovam Colombo, Roque Gonzáles (frente ao Hospital de Caridade e a Praça de Desportos da República). Também a Avenida Rio Branco era arborizada. As ruas principais foram calçadas com pedras irregulares e a cidade passou a possuir um sistema de águas e esgoto. As casas antigas foram, aos poucos sendo demolidas e, em seu lugar prédios e construções modernas foram erguidas. Belém (1989, p.18) coloca que haviam palacetes “cuja arquitetura era recomendada pelo belo estilo arquitetônico”(GRUNEWALDT, 2010, p. 338-339).

É característica de todas as sociedades fabricarem seus territórios conforme os desígnios humanos, moldá-los conforme as necessidades apresentadas para a reprodução da vida e também conforme as respostas encontradas pelas sociedades para suprir essas necessidades. Um novo panorama de cidade, como o anunciado em Santa Maria a partir da chegada da ferrovia, com um novo perfil econômico, suscitava, por sua vez, a organização de um espaço de convívio e prática social onde pudessem encontrar condições de se reproduzir e se confirmar com uma ótica burguesa.

Grandes centros, como Rio de Janeiro, elaboraram projetos de reordenação do espaço urbano inspirados na Paris de Haussman em virtudes das mudanças de racionalização, higienização e embelezamento do espaço, promovidas pelo Barão George Haussman (1809 – 1891). Observando o crescimento demográfico desordenado que a cidade vinha apresentando, emergiram alguns problemas, para os quais uma proposta de reordenação do espaço urbano foi apresentada como solução. Essa proposta previa a pavimentação das vias, eliminação de grande parte de habitações miseráveis, ampliação da rede de saneamento básico, controle e embelezamento do espaço urbano que, além de limpo e prático, também precisava apresentar-se belo. Esse projeto, que em sua essência carregava os ideais modernos de progresso e racionalidade, foi aclamado como o mais aceito dentro do ideal do urbanismo moderno e se expandiu além dos limites do continente europeu, implantando-se nas mais diversas regiões do mundo, pois continha, em suas premissas, a possibilidade de dar à cidade o aspecto que se esperava. Em outras cidades brasileiras como Belo Horizonte e Salvador, também foram implantados projetos inspirados no projeto *haussmaniano* durante o período que caracteriza a modernidade brasileira, a *Belle Époque*.

Porém, cidades como Santa Maria (RS), que desfrutavam de um progresso econômico nesse período, mesmo não elaborando projetos de urbanização específicos para a reestruturação de seus espaços, irão sentir o peso da modernidade a partir da intervenção incisiva do poder público via legislação municipal. A partir de 1897, temos a elaboração dos Códigos de Posturas do Município, um compêndio de normas e regras que passaram a pautar o desenvolvimento da cidade e a forma de ocupação de seu espaço. A partir de então, cidade e sociedade passam a constituir-se de maneira regrada, a fim de garantir o curso do desenvolvimento dentro do padrão burguês de sociedade, elucidado pela *Belle Époque*.

2. A CIDADE E AS SOCIABILIDADES NORMATIZADAS: OS CÓDIGOS DE POSTURA DE SANTA MARIA (1897 E 1913)

A última década do século XIX e as primeiras décadas do século XX são palco de profundas mudanças e avanços no processo de urbanização do município de Santa Maria.

No ano de 1857, Santa Maria foi elevada à condição de Vila, sendo, um ano depois, emancipada. No entanto, somente após a instalação dos trilhos da ferrovia, em 1885, é que desfrutará de uma condição de cidade propriamente, através de medidas colocadas em prática que buscarão deixar no passado hábitos provincianos.

Sem dúvida, a ferrovia dinamizou a economia do município e colocou em andamento um processo irreversível de crescimento e desenvolvimento da cidade. No ano de 1885 terminaram os trabalhos de assentamento de trilhos de trem, iniciados em 1873, no local onde posteriormente ergueu-se a Estação Férrea de Santa Maria, comandada pela *Compagnie Auxiliare dès Chemins de Fér au Brésil*, sediada na Bélgica. Segundo Flôres (2007, p. 167), essa linha ferroviária acabou por se tornar o principal meio de acesso a todos os pontos extremos das fronteiras sul do Brasil com o Oceano Atlântico, países da região platina e sudeste brasileiro.

O progresso, compreendido a partir da materialidade, passou a ser visualizado no trem, tanto para a municipalidade como para toda a região central do Rio Grande do Sul. A ferrovia era vista como principal responsável pela movimentação de pessoas, bens materiais e pela introdução de novas ideias. A partir desse meio de transporte, puderam ser atendidas necessidades de consumo da população e outras mais, com produtos obtidos em várias partes do país e do exterior. Além disso, facilitou a venda da produção primária e advinda de pequenas fábricas e engenhos do município e arredores. Pode-se afirmar que o comércio foi dinamizado pela ferrovia, definindo o quadro econômico do município.

Crescimento populacional e incremento da economia foram as implicações mais diretas proporcionadas a partir da instalação da Viação Férrea. Esses aspectos marcaram a trajetória do desenvolvimento de Santa Maria, operando dentro de um contexto mais amplo de mudanças econômico-sociais em nível nacional, que acabaram por redefinir as relações de produção, as estruturas sócio-político-administrativas e inseriram concepções ideológicas adequadas à instalação de uma ordem burguesa no Brasil. Era a *Belle Èpoque*, nutrida pela ideia de progresso e modernidade, marcada pelo desenvolvimento tecnológico e pela busca da civilidade. A imersão do país no modo de produção capitalista concentrou esse progresso nas cidades.

É importante ressaltar que as modificações observadas no período em Santa Maria acompanharam o ritmo de crescimento e transformações verificadas em demais cidades do Rio Grande do Sul, como nos mostra Pesavento (1994), concordando que uma ordem urbano-industrial foi instalada no estado com base nas disponibilidades de capital acumulado pela comercialização. Para escoar a produção do interior, esforços foram empreendidos no sentido de solucionar a chamada “questão dos transportes”, principalmente através das estradas de ferro. Junto com elas, instaurou-se uma nova ordem de “progresso e civilidade.”

A chegada da ferrovia em Santa Maria foi compreendida pelas elites locais e poder público como indício da chegada do progresso ao município. Era a possibilidade real de ver a economia dinamizada e modernizada. No entanto, essa ferrovia se instalou em um local ainda fortemente marcado por características rurais. Era preciso modificar essa configuração econômica e social, ambientando a cidade, agora possuidora de um símbolo moderno – o trem – a fim de que pudesse atender às novas necessidades impostas pelo incremento da economia.

O esforço no sentido de modernizar a cidade nos é atestado de várias maneiras. As congregações religiosas, como Maristas e Franciscanos, chegadas no início do XX, empenharam-se na construção do Colégio Sant’Anna e do Colégio Santa Maria, respectivamente, assim como nos serviços auxiliares do recém formado Hospital de Caridade. Outra congregação importante, a dos Palotinos, chegada em 1896, contribuiu decisivamente no processo de modernização da cidade e no processo de romanização da fé católica, dentro dos dogmas do Concílio Vaticano I. A paróquia de Santa Maria era vista como “problemática” nas questões da fé, e a atuação dessa congregação a partir do final do século XIX colaborou na construção de um novo quadro nas questões religiosas baseado no ideário ultramontano.

A criação do primeiro regimento da cavalaria da Brigada Militar “Cel. Pilar”, em 1892, e do Sétimo Regimento da Infantaria, em 1908, auxiliaram no policiamento e no trabalho de manutenção da ordem. Todas essas iniciativas, associadas a outras mais, colaboraram no sentido de proporcionar condições para que um novo padrão de cidade pudesse ser desenvolvido.

A ação do poder público para inserir a cidade na era da modernidade e do progresso nos é explicitada através dos atos e leis promulgados no período. Em 1898, temos a divulgação do primeiro Código de Posturas do município, que será revisado e atualizado no ano de 1913, para poder dar melhores respostas às rápidas mudanças que vinham sendo observadas.

O Código de Posturas do Município é o código que regula as questões de higiene, ordem pública e funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais, ou seja, determina as relações entre o Poder Público e os Municípios. Com isso, regula a produção do espaço cidadão.

Fruto do poder e vontade pública, as leis estabelecem os limites da convivência diária entre moradores concidadãos. Nesse sentido, atuam como uma forma de normatização da vida ou do controle social, baseando-se naquilo que consideram um ideal, uma representação da sociedade desejável de acordo com as características históricas da época. É neste sentido que os Códigos de Postura revelam parte da realidade do contexto em que são produzidos, pois ao apresentarem permissões e proibições das práticas que são aceitas ou rejeitadas, revelam muito dos valores, ideologias e relações de poder da época.

As cidades modernas desenvolvem-se, assim, como nos diz Pesavento (2001), sempre nos limites do “bom” e “mau”, do legal e ilegal, acarretando, dessa forma, a conformação de “duas cidades” e uma nítida separação dos grupos sociais. De um lado, a cidade legal, habitada por aqueles que, ao cumprirem as leis, podem ser considerados “cidadãos de bem.” De outro lado, a cidade periférica, à margem da lei e da organização ideal, habitada por uma parte considerável da população, cujos comportamentos desviados em nada se compatibilizam com a ordem que se pretende estabelecer.

A sociabilidade cotidiana passa a ser regrada a partir da elaboração de uma legislação específica traduzida nos Códigos de Postura, que se convertem num compêndio de normas legais que passam a pautar as práticas que os cidadãos estabelecem em locais públicos, desde praças, ruas, clubes e estabelecimentos de comércio. Também não ficam de fora os espaços privados que formam as cidades, como as residências. São regradas e normatizadas inclusive as questões mais corriqueiras do público que habita e percorre as ruas da cidade, até mesmo as formas de andar e vestir.

Os Códigos de Postura, regulamentando as condutas sociais, ratificam e ampliam a segregação social, a partir da estigmatização e da diferença estabelecida entre os cumpridores e os não-cumpridores da lei, sem levar em consideração as condições oferecidas para que as exigências legais sejam cumpridas. Através de fatos cotidianos, estabelece-se a legalidade urbana, visualizada através da aceitação ou criminalização das ações sociais, as quais separaram os “cidadãos de bem” daqueles marginalizados da ordem urbanística.

2.1 Os Códigos de Posturas do Município de Santa Maria

Todas as mudanças que aconteciam na cidade ecoavam nas determinações do poder público, que tomava a presença da ferrovia como impulso fomentador do progresso do município. Conforme Karsburg (2007, p. 33),

A expectativa criada com esse símbolo da modernidade – o trem – fez com que os “missionários do progresso”, políticos e profissionais liberais, idealizassem uma nova identidade para a cidade, e isso passava por modificações bruscas (...) e outras mais lentas, como mudanças de hábitos e costumes.

Para orientar e incentivar as mudanças na cidade a fim de que ela pudesse ostentar um perfil urbanizado e moderno, a atuação incisiva do poder municipal era prerrogativa impreterível. Através de uma legislação específica, isto foi pensado e colocado em prática pelas partes responsáveis.

Em 1897 a Intendência Municipal de Santa Maria criou o seu primeiro Código de Posturas, pela Lei n. 12, de 20 de Dezembro do mesmo ano. O Intendente Municipal Francisco de Abreu Valle Machado promulgou este Código através do Ato n. 75, de 16 de março de 1898. O Código foi revisto, posteriormente, originando um novo em 1913. De acordo com as fontes pesquisadas, durante as décadas de 1920, 1930 e 1940, foram sendo agregadas emendas a esse código, conforme as necessidades apresentadas.

2.1.1 O Código de Posturas de Santa Maria do ano de 1897

De acordo com o que nos indica o Capítulo 1º deste Código, num primeiro momento não se sabia ao certo quais eram os limites territoriais da cidade. A área rural se confundia com a urbana, pois a cidade crescia horizontalmente sem controle e fiscalização. Para urbanizar e modernizar o espaço, era preciso saber o que a ele pertencia. Portanto, o primeiro ato foi delimitar o território urbano de Santa Maria e deixar isso claro aos cidadãos

A cidade inteira foi mapeada e dividida em quarteirões, sendo estes em um total de 10, devidamente mencionados no Ato número 63 da legislação, em 1º de agosto de 1897. A questão do policiamento também era uma preocupação. Cada quarteirão foi subdividido em duas sessões de policiamento, cada sessão sendo composta por policiais nominados pela Intendência, cujo objetivo era a fiscalização e o controle das práticas cotidianas.

Ainda no capítulo 1º desse mesmo Código, as consignações acerca da viação pública e das edificações são definidas. Fica explícita, nos artigos deste capítulo, a preocupação em padronizar, embelezar e higienizar o espaço urbano de Santa Maria. O Art. 4º nos exemplifica bem esses ideais:

“Art. 4º - A Intendência adotará, para avenidas e ruas já abertas e edificadas na cidade, um plano de alinhamento, segundo o qual a largura destas vias públicas atinja ou se aproxime, o mais possível, às dimensões estabelecidas no artigo precedente, devendo, para este fim, ter em consideração a quantidade e valor dos prédios existentes e suas condições de segurança, salubridade e beleza, com a topografia do terreno⁸”.

Também se encontram disposições sobre a preparação do terreno para construções, como, por exemplo, planificá-lo e dotá-lo de sarjetas e esgoto, além de orientações sobre a construção e conservação dos imóveis, desde sua altura e localização propícia a receber luz e ar, até a direção de abertura das portas e janelas, que deveria ser sempre “para o lado de fora” (§ 4º, Cap. 1).

A muração ou cercamento dos terrenos também passa a ser algo obrigatório, pelo menos àqueles recomendados pelo poder público, sendo que não se admitiam cercas de arame. Passeios deveriam ser construídos pelos respectivos proprietários em frente às suas moradias. Todas as casas deveriam ser numeradas, bem como todas as ruas, praças e avenidas da cidade receberiam nomes escolhidos pelo poder público. Havia um alinhamento padrão para a construção das casas em relação ao plano das ruas. Nenhuma construção seria autorizada sem a prévia aprovação da planta, feita por engenheiro, do futuro imóvel. Todo o processo de construção era regulamentado, desde a edificação dos andaimes até o término da obra e a posterior higienização do espaço.

Qualquer alteração que se quisesse promover num terreno ou em alguma construção deveria ser comunicada à Intendência, para que esta prescrevesse as possibilidades legais para tais alterações. Se as exigências não fossem atendidas, o cidadão seria responsabilizado e autuado, devendo pagar uma multa, a qual variava de acordo com a infração cometida.

Os proprietários, arrendatários ou locatários de terrenos dos subúrbios da cidade, nos quais não era cobrado imposto predial, ficavam incumbidos de manter a parte da rua que ficava à frente limpa e capinada.

O capítulo 2º regulamentava sobre o trânsito de pedestres e automóveis em ruas e passeios da cidade, a fim de garantir a liberdade e comodidade de trânsito, bem como a limpeza desses espaços. O Art. 33 deste capítulo nos diz o seguinte:

⁸ Artigo retirado do Livro I de atas de 1897 da Câmara de Vereadores de Santa Maria. Pg 93

Art. 33 – Todo aquele que depositar ou lançar nos logradouros ou vias públicas, vidros, lixo, águas servidas, animais mortos ou qualquer imundície, bem como qualquer objeto que embarace ou estorve o trânsito público, pagará a multa de 10\$000 a 26\$000⁹.

Toda infração cometida ficava condenada ao pagamento de multas, que variavam conforme o grau do desvio.

Aos que transitavam nas ruas em automóveis ou em carroças e cavalos ficava determinado um limite de velocidade que garantisse que o fluxo se daria de maneira organizada e organizada.

Nesse capítulo, existem vários artigos que dizem respeito à criação de animais de pequeno e grande porte, como galinhas e bovinos, dentro dos limites da cidade. Isso comprova que a cidade ainda mantinha certos hábitos rurais. E era justamente em cima disso que a legislação batia com mais afinco. Qualquer animal que fosse encontrado “errante” pela cidade, poderia ser recolhido pelo poder público, que determinaria o seu fim.

Dentro do capítulo 7º do Código de 1897/98, encontramos regras que tratam mais especificamente de prever o comportamento e reger as condutas dos cidadãos. Proibia-se proferir em voz alta, pelas ruas, palavras obscenas ou tomar atitudes que pudessem “ofender a moral”; festas e reuniões em lugares públicos e “tocatas com vozerios pelas ruas” eram coibidas; todas as pessoas deviam “portar-se com decência”, medindo seus gestos e vestuário.

Aos pais de famílias, ficava instituída a obrigação de manter a autoridade municipal informada a respeito das pessoas que compunham a sua família e residiam em sua casa. Era uma forma de manter certo controle social e também policial a respeito dos cidadãos.

A vadiagem era proibida. Os artigos 115 e 117 do Cap. 7 dizem respeito a isso. Todos aqueles que não pudessem comprovar de que meios lícitos dispunham para viver, seriam compelidos ao trabalho, prestando-se como creado ou creada, sendo também penalizada com multa e prisão correccional. Só seria permitida a mendicidade àqueles que comprovassem que não eram adeptos do vício do alcoolismo. Os “mendigos alcoólatras” eram presos e submetidos ao trabalho correccional.

Os cemitérios e enterramentos ganharam um capítulo especial no Código de 1897. O cemitério municipal, que se localizava em torno da Velha Matriz, local que atualmente corresponde ao entorno da herma do Cel. Niederauer, no início da Av. Rio Branco, foi

⁹ Artigo retirado do Livro I de atas de 1897 da Câmara de Vereadores de Santa Maria. Pg 99

afastado e nenhum mais poderia ser construído sem autorização municipal e a menos de 1000 metros de distância do centro.

Isso atesta a preocupação, em parte com a estética do centro da cidade e, em parte, com a salubridade e higienização do espaço urbano. Os capítulos 9º, 10º e 11º tratam exclusivamente desse aspecto do processo de urbanização. Seus artigos dizem respeito, respectivamente, ao tratamento de águas estragadas, estrumeiras, curraes e chiqueiros, matadouros, açougues e moléstias transmissíveis.

A partir das proibições expostas na legislação, podemos inferir que havia muitos aspectos que traduziam um modo de vida interiorano, descompassado com a modernidade pretendida a partir de então. Criar porcos em chiqueiros, galinhas em currais, nos quintas das casas, ao que tudo indica, eram práticas comuns ainda. Não foram coibidas totalmente, no entanto, tinham certas regulamentações que deveriam ser observadas a fim de que a higiene fosse garantida.

As vacinações tornaram-se obrigatórias e de responsabilidades a donos de fábricas, diretores de colégio, e a proprietários de estabelecimentos onde houvesse aglomerações. A quarentena à qualquer pessoa que apresentasse algum sintoma de varíola, difteria, ou outra qualquer moléstia transmissível, era algo obrigatório.

As fábricas de sabão e velas de sebo, que liberavam odores que deixavam a cidade com a atmosfera viciada, só poderiam ser instaladas em locais pré-determinados pela Intendência.

Percebe-se, através das fontes pesquisadas, que havia, entre os pensadores das reformas urbanas de Santa Maria nesse primeiro momento, uma tendência a querer extirpar do horizonte todos os elementos que fugiam do padrão de modernidade pretendido. Isso nos fica evidente ao fazer a leitura da legislação de posturas municipais, com seus inúmeros artigos que exponenciavam uma orientação do sentido para o qual a cidade deveria caminhar. As primeiras necessidades consistiam em sanear, delimitar e policiar, ou seja, primar pela higiene e ordem do espaço urbano.

Em 1913, esse primeiro Código será revisto em virtude do crescimento da cidade e, também, pela complexização das relações e pela dinamização da economia. Essas mudanças exigiam uma legislação atualizada e mais incisiva. Progresso econômico e costumes tradicionais não poderiam continuar convivendo. Era preciso “modernizar”, remodelando as ruas, saneando a cidade e orientando as condutas dos cidadãos. Para as elites em ascensão e para o poder público, a prevalência do moderno era primordial para a expansão das novas

atividades desenvolvidas no município. Urgia romper qualquer elo com a antiga sociedade agrária e adotar uma postura urbana que adequasse esse espaço aos novos anseios.

2.1.2 O Código de Posturas de Santa Maria de 1913

Nesse novo Código, promulgado pelo Intendente Ramiro de Oliveira e pelos membros do Conselho Municipal Otaviano Vieira de Araújo, Jerônimo da Costa Gomes, Ernesto Marques da Rocha, Vicente de Paula Corrêa, Aquiles Cezimbra, João Lenz e Josué Fontoura, encontramos, em relação ao anterior, um maior número de capítulos e artigos, principalmente sobre as questões de salubridade e sobre as novas edificações que marcavam a paisagem central da cidade. Isso é reflexo de dois fatores que apresentam relevância no período: o surto populacional e, conseqüentemente, o crescimento do número de moradias. No ano de 1898, a cidade apresentava o índice populacional em aproximados 30 mil habitantes, contando com 1.055 edificações. Já no ano de 1912, esses dados se elevaram para 14.454 habitantes e 2.409 edificações segundo João Belém.

A preocupação com as edificações era tanta, que essa questão mereceu o capítulo com mais artigos do Código de 1913. Posteriormente, na administração do intendente Antônio Xavier da Rocha em 1938, se cogitava a criação de um Código de Construções, com uma legislação específica que pudesse deter-se somente nos problemas e nos aspectos considerados relevantes a essa questão. Até então, a Diretoria de Obras e Viação era o órgão responsável por estabelecer o sistema de construções convenientes.

O Código de Posturas de 1913 procurou regulamentar as construções a fim de incentivar certa padronização de casas, prédios e outros estabelecimentos, além de querer garantir que exigências estéticas e salubres fossem atendidas. As casas e prédios construídos, principalmente os localizadas nas regiões centrais, sofriam rigoroso controle no processo de construção por parte do poder público, que buscava dotar a cidade de um aprimorado gosto estético, primando pelo luxuoso.

Belém (1989, p.21) nos coloca que existiam palacetes “cuja arquitetura era recomendada pelo belo estilo arquitetônico.” Nas principais avenidas e ruas da cidade, as construções em madeira ficavam expressamente proibidas. Buscava-se com isso, garantir um padrão de edificações dentro do perfil considerado adequado a uma cidade que crescia e se desenvolvia economicamente de maneira rápida e progressiva.

A Lei do Código considerava que, para reabilitação e zelo pelo estado sanitário da cidade, deviam as construções e reconstruções de domicílios estarem de acordo com os

modernos processos da arte de construir e ocupar, de preferência, a atenção dos poderes públicos. No Ato 337, na página 108 do Código, encontramos a seguinte orientação:

Considerando que a quase totalidade dos prédios antigos não têm as condições de conforto compatíveis com o rápido desenvolvimento que vai tendo esta cidade, em consequência do sensível aumento da população; resolve:

Art. 1º - Toda a construção ou reconstrução que se tenha de fazer desta data em diante, deve ter o solo da respectiva área coberto, devidamente isolado por uma camada de concreto, areia e pedra nas proporções mínimas de 6 ¼ e com a espessura, também mínima de 0,06 ficando compreendido que, a reconstrução abrange desde a substituição dos forros ou soalhos até a remodelação completa dos prédios.

Art. 2º - A reconstrução de qualquer dos antigos prédios da cidade deverá ser efetuada de forma que tôdas as dependências recebam luz e ar diretamente.

Ainda, toda e qualquer construção realizada dentro dos limites urbanos, deveria ser submetida à rígida e imediata fiscalização, tendo que os proprietários, antes de começarem a construir, apresentarem um plano completo das obras que pretendiam executar. Esses planos deveriam ser assinados por um construtor legalmente habilitado.

A circulação de veículos pelas ruas da cidade ficava, doravante, sujeita às prescrições do Código. Considerava-se veículo, tudo que servia de transporte para pessoas ou coisas. Era obrigatório o pagamento do imposto e o emplacamento, dirigir em baixa velocidade e manter o meio de transporte limpo em totais condições de segurança.

A Lei Orgânica Municipal vem reforçar as determinações dos primeiros Códigos, como nos mostra o Art. 18, da Lei de 1928: (...) “considerando que é de toda conveniência regulamentar a circulação de automóveis a fim de evitar o perigo que pode acarretar o constante trânsito desses veículos nas ruas.” Não se permitiam carros sujos circulando, tampouco, não estar “apresentavelmente” vestido nos veículos de passageiros. Percebe-se uma pincelada de moralidade, uma vez que ficava proibido ao cidadão portar vestes que pudessem “atentar o pudor público.”

Havia uma preocupação muito evidente em relação às regras de conduta nos espaços públicos, fosse em locais fechados, como casa de espetáculos, fosse em ruas e praças. Urinar em locais impróprios – ruas ou praças -; ofender os “bons costumes” com exhibições “impudicas” que pudessem causar alguma ofensa ou escândalos; apresentar-se indecentemente vestido; organizar festas e “algazarras” em casas de particulares ou até mesmo em locais específicos, tudo era proibido ou cerceado pela intendência municipal e, é claro, sob pena de multa.

A legislação do Código acompanhava as novas características que a cidade vinha apresentando. O Capítulo IV - *Diversões Públicas* – do Código de 1913 é inteiramente novo e

trata de um assunto não mencionado no código anterior, evidenciando que o cotidiano da população santa-mariense vinha sentindo os reflexos das mudanças no padrão econômico da cidade.

A modernização e reestruturação da cidade implicaram em uma nova forma de viver, com novos hábitos e prazeres. As praças ganham status como locais de lazer nesse período. A inauguração do café Guarani, na Praça Saldanha Marinho, em 1916, fez com que este se tornasse ponto de encontro da população. Nele se discutiam variados assuntos e se encontravam importantes personalidades da cidade. A Praça Saldanha Marinho ocupava a posição mais central da cidade, sendo ponto de confluência das principais vias: a Avenida Progresso e a Rua do Comércio, cujo calçamento com pedra irregular começou a ser feito em 1895.

Além disso, simbolizando a inserção da economia do município aos moldes capitalistas, em 1910, temos a chegada dos primeiros estabelecimentos bancários: a Agência do Banco Nacional do Comércio e do Banco da Província.

Também, a cidade se orgulhava de ser a primeira, no interior do estado a substituir, no ano de 1898, sua iluminação com lampiões a querosene pela eletricidade. Segundo João Belém, pouco se saía à noite porque, primeiramente só existiam 14 lampiões e estes não forneciam luminosidade suficiente. Belém (1989) ainda escreve que era preciso ter cuidado para não se chocar com os postes, de tão escuro que era.

A chegada da eletricidade proporcionou medidas, como, por exemplo, espetáculos culturais noturnos mais frequentes no Treze de Maio e, em 1908, com o primeiro cinema¹⁰. Em 1922 um novo cinema foi construído: o Cine Teatro Independência, na Praça Saldanha Marinho, ao lado do Teatro Treze de Maio.

O comportamento das pessoas que frequentavam esses locais passou a ser orientado pela legislação municipal, que atuava de maneira a impedir o acesso aos teatros e cinemas às pessoas que não estivessem em “condições esperadas”, a partir do momento que padronizava desde a maneira de se vestir até o conteúdo dos espetáculos e filmes apresentados e exibidos nas sessões ao público.

O Art. 39 do Capítulo 4º nos diz:

Não será permitida a representação de qualquer peça que ofenda às instituições nacionais ou de país estrangeiro, seus representantes ou agentes, aos bons costumes e à decência pública, ou que contenha alusões agressivas a determinadas pessoas. ¹¹

¹⁰ A primeira exibição de cinema no município aconteceu em 1888. Para maiores informações, ver SHILLING, Getúlio. **A arte fotográfica e o teatro em Santa Maria**. Santa Maria: Ed. Pallotti, 2005.

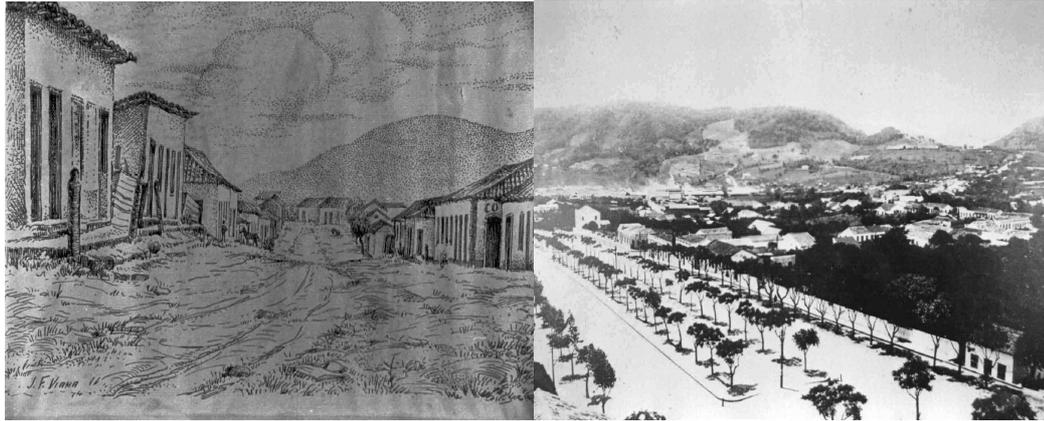
¹¹ Artigo retirado do capítulo IV do Código de Posturas de 1913, pg 212.

Já no Art. 60, é mencionada a necessidade de “portar-se com decência”, isso incluindo também o vestuário, em festas e espetáculos, sob pena de multa caso a lei não fosse observada.

Todas as novas construções erguidas na cidade, bem como as ruas e avenidas que fossem abertas, deveriam consentir de aprovação do poder público e estar dentro dos parâmetros permitidos pela legislação elaborada pelo Código de Posturas. O objetivo dessa medida era prever o desenvolvimento da cidade dentro de um padrão e perfil considerados modernos, além de garantir o controle da intendência sobre todo o processo do crescimento urbano. Ruas largas e pavimentadas, edifícios, também as praças eram identificados como elementos de modernização, simbolizando, assim, um padrão social a ser seguido conforme tomava vulto também o processo de modificação dos hábitos sociais.

As ruas e avenidas deveriam ser abertas dentro de uma medida que facilitasse o trânsito de automóveis, carroças e pedestres, sem congestionar, partindo de pressupostos de racionalizar o espaço. Era incumbida aos cidadãos a tarefa de zelar pela conservação das ruas em estado de limpeza e ordem, ficando proibido fazer em logradouros públicos depósitos de qualquer material, aglomerados de pessoas, transitar com as carroças a trote rápido, estacionar em locais não especificados, transitar com automóveis e carroças sujas, conduzir os veículos embriagado, ou seja, medidas tomadas com o intuito de garantir o livre e agradável fluxo dos transeuntes pelas ruas da cidade.

Foi durante a década de 1910, que ocorreram as mais importantes remodelações na paisagem urbana. Nesse período, tiveram início os trabalhos de prolongamento e alargamento da Avenida Progresso (1912) e a abertura da Avenida Borges de Medeiros (1913). A comparação das fotografias abaixo, a primeira da Rua do Acampamento (1898) e a segunda da Av. Rio Branco (1914), calçada com pedras irregulares em 1898 segundo Belém, atesta que políticas de embelezamento dos locais públicos, como a arborização, por exemplo, foram sendo introduzidas, dotando a cidade de um “ar” sadio e belo.



Em 1921, a cidade possuía 88 ruas e seis praças, sendo algumas ajardinadas: Saldanha Marinho, Dr. Saturnito de Brito, Cristovão Colombo, Roque Gonzáles (frente ao Hospital de Caridade e a Praça de Desportos da República). As ruas principais foram calçadas com pedras irregulares e a cidade passou a possuir um sistema de águas e esgoto. As casas antigas foram, aos poucos sendo demolidas e, em seu lugar, prédios e construções modernas foram erguidas.

Essas transformações e esses novos espaços eram marcados pela amplidão, limpeza e ordenação, que conferiam uma nova estruturação e um novo perfil de urbanismo à Santa Maria.

Zelar pela saúde e salubridade da cidade, e isso inclui também de seus habitantes, convertia-se num diagnóstico confiável quando o assunto era criar condições para a manutenção da ordem pública. A vacinação tornara-se algo obrigatório já partir de 1898. Inclusive, muitas eram previstas a diretores de escolas, donos de fábricas, oficinas, e demais estabelecimentos em que houvesse aglomeração de pessoas caso fosse falho um controle sobre a atualidade da vacinação de seus alunos e empregados. As epidemias eram um risco presente percebidas como miasmas advindos das más condições de higiene principalmente nas regiões periféricas. Essa realidade era um dado para justificar e legitimar a atuação e controle do poder público junto aos cidadãos.

Talvez não de forma tão incisiva, como nos diz Chaloub (1998) ao afirmar que uma espécie de operação de guerra estava sendo montada, mas a questão da higiene era algo que preocupava os intendentes que administravam a cidade de Santa Maria nesses primeiros meados do século XX. Na Lei Orgânica Municipal e nos Códigos de Posturas, determinações que previam certas ações nesse sentido nos são reveladas, como, por exemplo, a criação da comissão da Higiene e Assistência Pública, que tinha como tarefa fiscalizar os cidadãos e suas respectivas moradias, a fim de garantir a salubridade dos ambientes urbanos. Essa comissão é desmontada no ano de 1929 em razão da criação, pelo governo do Estado, de uma

Delegacia de Saúde, com pessoas e material competentes para atender os reclames da saúde pública. Aos 31 dias do mês de dezembro desse mesmo ano, é criada a Comissão de Saneamento do Município de Santa Maria, uma vez que era sentida pelo poder público, a necessidade de regularizar o serviço das obras de saneamento da cidade.

Percebe-se, portanto, que havia um desejo declarado de, através de reformas urbanísticas, fazer da cidade um novo espaço, alterando a estrutura de seus prédios, pavimentando suas ruas, criando novos espaços de sociabilidades. Embelezar a cidade significava, antes de tudo, torná-la atraente a visitantes e dotá-la de características que pudessem dar sustentação ao desenvolvimento econômico do município. Isso só seria possível aniquilando-se qualquer vestígio que fizesse referência ao passado de vilarejo que estava presente ainda no seu traçado e nos hábitos de sua população.

Mesmo não tendo um projeto específico de remodelação do espaço urbano como um plano diretor, as ações do poder público na Santa Maria da *Belle Époque* deixaram transparecer seu desejo de modernidade através das disposições da lei dos Códigos. Desde o modo de construção das residências até as formas de como se comportar nos espaços públicos, tudo estava previsto nesta legislação. Todas essas determinações tinham o objetivo de manter a cidade organizada e sob controle, pois, concomitante ao processo de remodelação do espaço, também se buscava normatizar a utilização desse espaço dentro dos aspectos de modernidade que se pretendia construir.

A partir do momento em que os comportamentos e as relações dos homens em sociedade passam a serem pautadas pela legislação municipal, a cidade que se estrutura e constrói não o faz somente pela materialidade de suas construções. Há um processo concomitante de construção de personagens marcados por regras de condutas e normas de controle social. Cria-se um ideal de vida e comportamento moral. Tudo é comparado a esse ideal, o que não se assemelha ou se enquadra é condenável. A cidade ideal, aquela das pessoas de bem, é a cidade limpa e organizada. O centro acaba tornando-se o exemplo do bem viver, porque ali a fiscalização do poder público é mais incisiva, garantindo assim, um maior controle para a manutenção do padrão desejado. Assim, o espaço social tornou-se um espaço regrado, legislado.

É através da Lei que, nas sociedades modernas, se regram as relações sociais, tendo como referência padrões que os homens estabelecem através da história. Não sendo a lei um dado pronto, acabado, mas sim uma construção social, ela precisa ser contemplada a partir do ponto de vista dos interesses de quem a elabora e a quem ela serve.

As leis estabelecidas são constantemente revistas, pois devem acompanhar as transformações sociais e evoluir nesse sentido, legislando sobre as novas práticas originadas dessas transformações.

No caso específico de Santa Maria, a municipalidade atuou no sentido de garantir a prevalência de uma determinada vontade a partir de uma legislação específica: os códigos de postura, que pretendiam pautar as formas de comportamento adequadas, bem como regulamentar as relações entre o poder público e os munícipes. De maneira explícita e declarada ou através de medidas diferenciadas, porém não menos incisivas, ações foram colocadas em prática visando a reordenação e modernização da cidade, realizadas a partir da estruturação de um pensamento representado pelo poder público, promovedor dessas reformas.

3. A MODERNIZAÇÃO SOB O PRISMA DA RELIGIÃO: A CONTRIBUIÇÃO DA IGREJA ULTARMONTANA NA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PERFIL URBANO PARA A CIDADE DE SANTA MARIA

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX ocorreram transformações que reconfiguraram o município de Santa Maria.

Em 1885, chega à cidade a ferrovia, fato este promovedor de um novo período. A ferrovia que chega, insere-se em uma sociedade cuja população ficava em torno dos 13 mil habitantes, caracterizada, predominantemente pelas populações lusa e alemã, e, apesar do predomínio do catolicismo (religião oficial do Estado, naqueles tempos de final do Império), contava com um templo luterano. O comércio local, a pecuária e a agricultura marcavam a economia da cidade.

Esse contexto, ainda marcado por fortes vestígios que associavam a imagem da cidade à condição de vilarejo, sofrerá grandes mudanças, a fim de adequar o município a nova situação que se projetava a partir da inauguração da estrada de ferro. O trem era visto como o símbolo do desenvolvimento, do moderno. A cidade que o recebia, deveria, portanto, também ostentar uma condição moderna e urbanizada.

Modernizar significava, antes de tudo, nutrir as cidades de um ar de civilidade, proporcionado a partir da racionalização do espaço e da orientação das condutas dentro de um perfil europeu aburguesado, primando pelo refinamento dos hábitos e dos costumes.

O processo de modernização sofrido por diversas cidades no período compreendido como *Belle Époque*, previa a reestruturação dos diversos elementos que compunham as sociedades. Era fomentado pela economia capitalista, que alcançava, de maneira intensa ou mais lentamente, todas as regiões do mundo. No plano ideológico, primava pelo novo, pelo diferente em detrimento do considerado tradicional.

Essas formulações começaram a ganhar relevância a partir do Renascimento europeu, que propunha uma interpretação do mundo impregnada de sentimento negativo em relação à época anterior. Enquanto na Idade Média as pessoas viviam segundo tradições impostas, em um mundo dominado e limitado pelo pensamento religioso, o novo período anunciava a abertura de todas as fronteiras do pensar e o domínio pelo *indivíduo* em todas as esferas da vida, a partir da observação empírica e do uso da razão em detrimento da religião. A racionalidade seria a nova condutora dos destinos dos homens, antes cerceados pelas circunstâncias de seu nascimento, considerado como fator de predestinação divina.

Concordando com um processo que vem se desenvolvendo há cinco séculos, podemos mencionar alguns fatores que colaboraram para a configuração da modernidade: descobertas científicas que redefiniram a imagem do universo e o lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção; rápido e catastrófico crescimento urbano; sistema de comunicação de massas e Estados nacionais burocraticamente organizados (BERMAN, 1986).

Dentro desse contexto, as cidades se convertem no léxico da modernidade, pois dispõem dos subsídios capazes de dar sustentação ao projeto moderno: escolas, indústrias, instituições culturais, instituições de controle social, órgãos da administração pública, etc.

Como apresentamos no capítulo anterior, o poder público de Santa Maria, em consonância com estes ideais de modernidade em voga na época, agia no sentido de promover reformas, via legislação municipal, que pudessem dar sustentação ao avanço da cidade rumo ao progresso.

Os Códigos de Posturas da cidade expressavam, em seus artigos, diversas normas que iam de encontro do comportamento dos cidadãos, visando conformá-los a um padrão civilizado, bem como estabelecer normas que conduzissem o crescimento da cidade dentro de um padrão urbanístico desejável. Muitas vertentes foram disseminadoras desse ideal de modernidade, entre elas, a Maçonaria, que atuava através de seus membros de maneira muito influente na política e economia das sociedades onde se inseria. Porém, o período de prevalência dessa tendência modernizante liberal vigorará por pouco tempo na cidade.

Uma das características da modernidade, é que ela sempre se apresenta como um projeto inacabado, tendo no devir ser uma de suas principais características. Ao encontrar o ritmo e curso próprio de desenvolvimento em cada realidade, nem sempre se organiza somente de acordo com os pressupostos racionais e científicos associados ao conceito de modernidade.

Muitas vezes, o processo de modernização terá de dialogar com as estruturas que encontra no terreno onde se desenvolve, podendo apresentar-se com feições que ora representam o progresso, expresso em construções e espaços urbanos reestruturados e na economia capitalista em desenvolvimento; ora configuraram-se como tradicionais, dando suporte à prevalência de ideologias conservadoras mediante a atuação do catolicismo.

Com a chegada da Pia Sociedade das Missões (1896), associada à atuação de outras congregações como Maristas e Franciscanas, Santa Maria passará a receber a influência de um catolicismo reformado que irá interferir no processo de modernização da cidade.

Neste capítulo objetivamos colocar as contribuições da Igreja Ultramontana, principalmente entre os anos de 1900 a 1930, como um elemento que, associado aos esforços do poder público mencionados no capítulo dois, colaborará para o perfilamento da modernidade no município.

3.1 A Modernização urbana de Santa Maria e a influência da religiosidade

A cidade de Santa Maria encontrou, nos anos finais do século XIX e em princípios do século XX, um desenvolvimento econômico expressivo. A chegada da ferrovia em 1885 e a futura construção do mais importante entroncamento ferroviário do sul do Brasil desencadeou um conjunto de transformações gigantescas, que paulatinamente irá se ocupar de todos os segmentos da sociedade local.

Perante o destaque que a cidade assume a nível regional e estadual, as lideranças preocupam-se em reformar a cidade, modernizá-la, a fim de extirpar do horizonte qualquer vestígio que lembrasse o passado de vilarejo que pudesse ainda estar preservado. Conforme Karsburg (2003, p. 40), “a cidade deveria expressar modernidade, com construções arquitetônicas que transmitissem a idéia de civilização adiantada.”

O processo de modernização da cidade é tema de discussões que remetem a questões polêmicas abordadas pela historiografia local, como o caso da derrubada da Matriz, em 1888, retratado por Karsburg (2003). Para esse autor, na visão dos “missionários do progresso”, o prédio da antiga Matriz em nada prestigiava os novos tempos que Santa Maria vivenciava com a chegada da ferrovia, devendo, portanto, ser demolido.

O debate referente à derrubada da Matriz permeou a seara política e religiosa entre os anos de 1884-1888. Era fomentado de um lado, pelas lideranças locais, motivadas e entusiasmadas com a chegada da ferrovia e o progresso trazido com ela. Queriam reformular a cidade, refazer seus espaços, extirpando da paisagem tudo o que estivesse desconforme com o novo contexto vivenciado pela sociedade santa-mariense. Do outro lado, estava a Igreja, representada pelo bispado gaúcho, contrária a demolição do prédio.

A elite local, tanto política quanto econômica, que formava a parcela favorável a derrubar a capela e era composta em sua grande maioria por membros da Maçonaria, venceu a queda de braço com a Igreja. No dia 25 de dezembro de 1888, o templo foi destruído, sem o consentimento do bispado. O material restante da demolição foi leiloado em praça pública, tendo João Daut Filho o adquirido para a construção de um “templo profano”, o Teatro 13 de Maio.

Sem dúvida, a retirada do prédio da Matriz, haja vista o estado decadente em que se encontrava, e a construção do Teatro na região mais central da cidade, contribuíram para o embelezamento do local, conferindo um aspecto mais agradável aos olhos das pessoas que circulavam pelo lugar.

No entanto, a demolição da Igreja foi vista, pelo bispado, como uma afronta à Igreja, instituição vinculada ao Estado Imperial e pelo qual devia ser mantida, segundo a Constituição. Nesse sentido Santa Maria acumulava experiências. Anteriormente, em 1883, o pároco da cidade, Marcelino de Souza Bittencourt, fora espancado por um grupo de pessoas na saída da missa. Em janeiro do mesmo ano, o bispo de Porto Alegre vem a Santa Maria e também é abertamente hostilizado. Antes disso, em 1895, a chegada de um novo pároco provocou protestos na população. Conforme Karsburg (2003, pg. 22)

Após destituir o pároco Aquiles Catalano, em agosto de 1895, o bispo recebeu um abaixo-assinado de várias pessoas que pediam o retorno do sacerdote, proposta que não foi acolhida por Dom Cláudio. Esse nomeou um novo vigário para o local, Carlos Becker, que tão logo chegou passou a ser hostilizado, e em 13 de novembro de 1895 foi intimado por 30 homens a deixar Santa Maria em 48 horas.

O protesto dos cidadãos a esse pároco fez com que o bispo Dom Cláudio Ponce de Leão promulgasse uma medida radical: a interdição da Igreja em novembro de 1895. Com isso, queria punir a cidade proibindo que fosse oficializado qualquer ato religioso dentro das normas do catolicismo.

Essa situação de descaso para com a fé foi uma questão recorrente ao longo do século XIX, que vivenciou a prática de um catolicismo classificado como *moreno, tradicional, mestiço*, formado à margem da Igreja Católica Romana e mais vinculado ao poder civil (KARSBURG, 2003, p. 37). Essa situação era motivo de queixas do episcopado brasileiro, alegando que os religiosos tinham de atuar em condições precárias e com número de sacerdotes reduzidos.

A realidade da religião católica em Santa Maria era abalada ainda pela forte presença dos protestantes luteranos, advindos das imigrações alemãs ao longo do século XIX. A primeira Igreja de tijolos construída em Santa Maria foi obra dos protestantes, que ergueram seu templo em 1873.

Por todos esses episódios de afronta ao clericalismo e da prevalência e resistência das tendências liberais através da Maçonaria e da influência dos protestantes ao longo da última metade do século XIX em Santa Maria, é que a cidade foi caracterizada como descrente e

infiel, inclusive por padres que, posteriormente, assumiram o comando da fé no local, como Caetano Pagliuca¹², considerado o herói da reforma católica na cidade. Em seus relatos, comenta o insucesso de seus antecessores em virtude das perseguições que sofriam, “já que a Maçonaria, protestantes e autoridades municipais agiam para impedir o avanço da reforma católica” (KARSBURG, 2003, p.245).

Para combater a atuação desses elementos e ganhar a cidade para a fé romana, o bispado enviou para a cidade os padres Palotinos, com a certeza de que conseguiriam reverter a situação *herética* vivenciada por Santa Maria, num processo que se deu nos marcos da fé ultramontana. Em linhas gerais, o ultramontanismo, cuja orientação foi consolidada no Concílio Vaticano I (1869-70) e paulatinamente foi absorvido pelo episcopado brasileiro, buscava à reestruturação da estrutura de poder da Igreja, tendo como eixo o dogma da infalibilidade papal, a hierarquização do clero e a submissão dos leigos às autoridades eclesiásticas. Isto implicava tanto uma maior autonomia da Igreja frente ao Estado, quanto a formação mais rigorosa do clero e o enfraquecimento das irmandades enquanto espaços religiosos controlados pelos leigos (BIASOLI, 2006).

Atuando para além das questões da fé, a instalação da Pia Sociedade das Missões e a vinda de outras congregações, auxiliaram no processo de modernização da cidade, mesmo sem terem ou participarem de um projeto declarado nesse sentido. O auxílio prestado ao encontro da modernização veio dentro das esferas que a Igreja tradicionalmente desempenha nas sociedades, como saúde, educação e beneficência. Além disso, também interferiram na modernização do espaço urbano através da realização de obras arquitetônicas que auxiliaram no embelezamento da paisagem do município, com a construção de belos prédios, como os que abrigaram escolas católicas, como o Colégio Sant’Anna, o Educandário São Vicente de Paulo, e a Catedral, na Av. Rio Branco¹³.

Para obterem êxito nas suas atividades, os religiosos contaram com a formatação de um novo contexto político e social em nível de Brasil e de estado, que interferiu de maneira importante na forma como a religião era vista e ponderada na sociedade. Essa nova realidade foi inaugurada com o advento da República, em 1890. Conforme Monteiro (2008, p.4)

(...) o estabelecimento da República (...) findou o regime de padroado entre o Estado e a Igreja durante o período imperial. Isto representou para a Igreja a implantação do catolicismo romanizado no Brasil. Assim, por um lado a Igreja liberou-se da sua oficialidade perante o Estado e teve liberdade para formar e

¹² Pároco de Santa Maria de 1900 a 1937. Pertenceu a congregação dos Palotinos.

¹³ As fotografias desses locais, à época em que forma construídos, podem ser visualizadas em FOLETTO, Vani Terezinha (org). **Apontamentos sobre a história da arquitetura de Santa Maria**. Santa Maria: Pallotti, 2008.

nomear seu próprio clero seguindo as diretrizes de Roma, e por outro, defrontou-se com a liberdade religiosa promulgada pela Constituição republicana.

Findado o regime de padroado, a antiga relação de regalismos entre Igreja e Estado,

dava lugar a um Estado não confessional, em que o nome de Deus era riscado dos atos públicos, o catolicismo nivelado às seitas protestantes minoritárias no mesmo regime de liberdade religiosa, os símbolos religiosos afastados de todos os edifícios públicos, o casamento civil instituído, as propriedades e *mão morta* ameaçadas de expropriação. Tudo isso configurava um regime liberal que tinha sido claramente condenado pelo magistério oficial da Igreja, particularmente pelo Syllabus de Pio IX (MOURA, 2006, apud MONTEIRO 2008, pg. 4).

Devido à perda de seu monopólio em matéria religiosa, já que a República assentava suas bases em um Estado livre e laico, a Igreja expande seus braços na sociedade através da organização de novas dioceses e da formação da elite política com a expansão das escolas católicas pelo território brasileiro. “A Igreja afastou-se do catolicismo popular e direcionou-se ao Estado, através da formação das elites. Para tanto, a Igreja deveria trazer para a si a formação intelectual dos brasileiros, através do ensino religioso nas escolas oficiais” (MONTEIRO, 2008, pg. 5).

No Rio Grande do Sul, a situação é ainda mais favorável à atuação da Igreja nesse sentido. Esse favorecimento se dá, principalmente, nas questões que envolvem a educação no Rio Grande do Sul. A Constituição Castilhistas, ao ser elaborada, deixou uma brecha no que diz respeito ao desenvolvimento da educação secundária. Trata-se da abstenção do estado em relação à formação secundária. Desse modo, o ensino primário teria um caráter neutro, laico, promovido pelo Estado, e o secundário, ideológico, à disposição das iniciativas privadas.

Além da possibilidade de atuação no terreno da educação, outro fator que contribuirá para a expansão da atuação da Igreja em meio à sociedade gaúcha está relacionada com a questão da imigração italiana.

A entrada em cena dos novos contingentes imigrantes no final do século XIX permite aos bispos ultramontanos do Rio Grande do Sul avançar em sua ação de expansão da fé no estado, pois era entre essas populações que a Igreja buscava maior inserção e também, buscava homens que pudessem compor o seu corpo de sacerdotes.

A presença italiana na região central do Rio Grande do Sul representa, uma retomada da “reação” católica, porque a maioria dessas famílias seguia as orientações romanas, e desde o início trabalharam pela difusão dos ideais cristãos católicos, o que teve repercussões significativas na comunidade santa-mariense (FLÔRES, 2010, p., 22-23).

Esses imigrantes, a partir de 1887, passaram a marcar presença de maneira definitiva em algumas regiões do cenário gaúcho, como o caso de Santa Maria e a região da Serra. Se ao longo de todo o século XIX a sociedade foi constituída majoritariamente por populações lusogermânicas, influenciadas por um catolicismo *tradicional* e pelo protestantismo, respectivamente, agora, chegavam os italianos, provenientes, em sua grande parte, do norte da península itálica, marcados pelo catolicismo e por isso, “susceptíveis de serem doutrinados a partir do ideário ultramontano de modo mais eficaz do que a população luso-brasileira sul-riograndense do século XIX” (BIASOLI, 2004). Dedicaram-se principalmente ao cultivo de alimentos em pequenas propriedades rurais e ao comércio. No ano de 1910, já formavam um contingente populacional expressivo em Santa Maria.

A Igreja encontrava seu principal respaldo entre as populações de imigrantes italianos, quase majoritariamente católicos. Para Beneduzzi (2004), a fé católica atuou como um elemento aglutinador e identitário a esses imigrantes, frente às demais populações existentes nas sociedades onde se inseriram.

Atuando, portanto, em meio a uma população de italianos e dentro de um contexto político que autorizava certas permissividades, a Igreja trabalhará no sentido de procurar uma maior inserção na sociedade santa-mariense.

O mérito dessa questão se deve a atuação dos Palotinos, mais especificamente, a partir de 1900, com o governo do padre Caetano Pagliuca na paróquia da cidade. Em 1907, o padre faz o seguinte registro no Livro Tombo:

Nestes sete anos os padres palotinos fizeram os seguintes trabalhos: foi colocada a pedra fundamental da nova matriz, 8 de dezembro de 1902 (...); foi inaugurado o Hospital de Caridade, 7 de setembro de 1903, sendo o serviço doméstico entregue ao zelo das boas Irmãs Franciscanas; foi aberto o Colégio São Luiz, fevereiro de 1904 (...) sendo professores os proventos Irmãos Maristas; o Ginásio Santa Maria, desmembrado do Colégio São Luiz, a 15 de fevereiro de 1905; o Colégio Sant’Anna, dirigido pelas (...) Irmãs Franciscanas, a 3 de março de 1905; reorganizado o Apostolado da Oração, 14 de agosto de 1905 (...); inaugurada a Congregação Mariana das Filhas de Maria, 4 de março de 1906; fundado o Apostolado da Oração dos Moços, em 1906; o Apostolado do Campestre¹⁴.

Como percebemos, o relatório do padre Caetano nos indica uma série de ações da Igreja que apontam para um melhoramento dos serviços religiosos e que também colaboram para a melhoria da cidade. São ações que se inserem dentro de um cenário amplo de mudanças pelas quais Santa Maria vinha passando.

¹⁴ LIVRO TOMBO, n.3, p. 87.

A inauguração do Hospital de Caridade em 1903, que contou com o auxílio da Igreja, mas também com os esforços de Astrogildo de Azevedo, demais associações além de contribuições de particulares, é reveladora de um novo tempo para a saúde pública na cidade. “Até o momento, os médicos realizavam cirurgias em seus consultórios particulares, em quartos de farmácias ou até em domicílios” (ISAIA apud FOLETTO, 2008, p. 65). Além disso, praticou-se no município, ao longo do século XIX, a medicina em forma de magia, com curandeiros, benzedoras e santos ocupando muitas vezes, a preferência do público em detrimento dos médicos habilitados. Como nos alerta Karsburg (2003, p. 76)

No campo da medicina, os diplomados tiveram que conviver com os chamados “práticos”, pessoas que curavam as mais diversas doenças, sendo também conhecidos como curandeiros, benzedores, parteiras, boticários, homeopatas etc. O modelo de “prático” mais presente na Santa Maria do século XIX, atuava como a “preta” e ex-escrava Maria Antônia, curandeira que era chamada para solucionar vários tipos de moléstias, como a que acossou a jovem Henriqueta, caso analisado pela historiadora Nikelen Acosta Witter.

Com o advento do Hospital, a saúde assume um caráter higienista e salubre, tendo um local específico para ser praticada e assumida por profissionais gabaritados para o exercício da medicina.

No campo educacional, a chegada dos palotinos enunciará também um novo momento. A atuação das congregações religiosas nessa esfera é significativa e importante, uma vez que esse setor gozava de uma grande deficiência no município até o final do século XIX. Segundo Belém (2000, apud Flores, 2010, p.28), a cidade contava no ano de 1879, com apenas três escolas, cujo ensino era ministrado em língua portuguesa e alemã. No entanto, a demanda, já na época, solicitava o dobro de estabelecimentos. Além de não serem suficientes em número de instituições, as escolas se encontravam em condições de precariedade e abandono.

Contrariando esse contexto de penúria que marcava a educação do município no século XIX, o século XX irá inaugurar uma nova situação ao que diz respeito à instrução formal da população.

Como destaca Isaia (1985, apud FLÔRES, 2010), a cidade contou no início do século XX, entre outras, com as meritórias contribuições do Padre Caetano Pagliuca, o qual trouxe os educadores Maristas e incentivou o trabalho das irmãs Franciscanas na prestação de serviços de educação “em meio a um povo católico cujas energias estavam anestesiadas” (DIAS, 1996, apud FLÔRES, 2010, pg. 29).

Dessa forma, a atuação das congregações católicas terá um duplo impacto, atuando na renovação da educação do município e na recuperação da fé para o catolicismo, a partir de uma inserção mais ampla dentro da sociedade.

Segundo Flores (2010, pg. 29)

(...) a Igreja Católica passou a intervir incisivamente no setor educacional como mote principal de reação. Entre algumas das realizações dos irmãos Maristas e das irmãs Franciscanas, destacaram-se a fundação do Colégio São Luiz (1904), Ginásio Santa Maria (1905) e o Colégio Sant'Anna (1905).

Há que se destacar que essas escolas voltavam-se à formação das elites do município, atraindo também filhos de famílias abastadas de outros lugares. Conforme Isaia (1995, apud FLÔRES, 2010, pg. 30)

Foi consenso, na opinião pública santa-mariense, que essas iniciativas “passaram a funcionar como verdadeiros catalisadores do ensino e da cultura no interior do Rio Grande do Sul, atraindo para Santa Maria os filhos dos fazendeiros das fronteiras oeste e sul e os filhos dos agricultores e comerciantes das zonas serrana e missioneira.

Em 1913, o padre Caetano Pagliuca fundou o Orfanato São Vicente de Paulo (no belo prédio onde hoje funciona o campus II da UNIFRA). Além disso, colaborou para a construção do Liceu de Artes e Ofícios Hugo Taylor, garantiu a construção da capela (hoje funcionando como café do Carrefour) e intermediando o trabalho dos irmãos maristas como professores. Sete anos antes de encerrar seus trabalhos na comunidade, inaugurou, nos anos 1930, a Igreja das Dores, num bairro típico italiano da cidade.

Paralelamente aos esforços no sentido de controlar a instrução dos munícipes, principalmente da elite, a Igreja, sob a custódia dos palotinos, foi reconquistando seu espaço como fé hegemônica entre a população da cidade, em uma situação muito diferente da encontrada quando da chegada do primeiro padre da congregação, em 1896. Esse período foi caracterizado, por Caetano Pagliuca como um tempo “em que as práticas sacramentais eram nulas, e a missa pouco freqüentada, os padres eram imorais e estavam envolvidos em política, a Maçonaria, com a conivência da autoridade municipal perseguia todo sacerdote cumpridor de seu dever” (KARSBURG, 2003, p. 17).

Em 1907, dois anos antes da inauguração do novo e majestoso prédio da Matriz, a situação já havia mudado consideravelmente. Padre Caetano nos confirma isso, ao dizer em seu relatório elaborado naquele ano, que “o espírito religioso se consolidou de tal forma que não há mais condições de acontecer uma manifestação anti-clerical, como a que se deu em janeiro de 1897, contra o bispo.” Em relação à maçonaria, o padre nos coloca que conseguiu

estancar suas atividades. “Vários de seus membros foram conquistados e alguns deles ingressaram na Comissão de Construção das obras da nova Matriz”, como Gustavo Vauthier, diretor da estrada de ferro. No que diz respeito aos luteranos, “já não causam mais nenhum embaraço” (CAETANO apud BIASOLI, 2010, pg. 188).

Percebemos, portanto, que a Igreja Católica, a partir da chegada dos Palotinos, passa a ter um novo papel na vida dos santa-marienses. As congregações conseguiram maior espaço para agir na sociedade, influenciando nos hábitos, crenças e valores da população. Para conseguir isso, atuavam na expansão da fé entre os cidadãos, na realização dos sacramentos e também em questões que extrapolavam o campo religioso, como a formação das pessoas via educação, principalmente entre os segmentos da elite. As práticas pedagógicas católicas, naquele momento, podem ser vistas também como elemento estruturante na modernização da cidade.

Aos poucos, Igreja torna-se uma força social, política e cultural, colocando-se no eixo dos acontecimentos. A administração da fé promovida pelas atividades do Padre Caetano Pagliuca expressa um projeto de poder: colocar a Igreja no centro da vida santa-mariense. Não havia, é certo, um projeto de modernidade explícito proposto pela Igreja. No entanto, a atuação desta Instituição em questões centrais para o desenvolvimento do município, como no campo da saúde, da educação, das obras beneficentes, colaborou para o avanço da modernização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período caracterizado pelo espírito da *Belle Époque*, a modernidade, operacionalizada pela modernização e urbanização, começou a se expandir pelo mundo nos espaços aonde as relações capitalistas chegavam. As cidades atuavam como palco onde essas transformações se desenvolviam e, para comportá-las, se organizavam projetos de reordenação de seu espaço e das condutas de seus cidadãos.

Nesse contexto, a cidade de Santa Maria, RS, marcada pelo progresso econômico trazido com os trilhos dos trens da Viação Férrea a partir de 1885, reorganizava-se com o objetivo de deixar no passado o aspecto de vilarejo, adotando medidas de remodelação dos espaços e reorientação dos comportamentos dentro do ideal moderno. Para isso, propôs e executou um conjunto de ações que objetivavam “civilizar” e urbanizar a cidade. Novos estabelecimentos de comércio, a presença de edifícios marcando a paisagem, bares, restaurantes, políticas de modernização das ruas e casas, controle social, embelezamento, higienização, tudo foi criado e colocado em prática para transformar a paisagem urbana da cidade.

Além de pavimentar as ruas, construir prédios, praças, locais de lazer, foi preciso também definir quais os comportamentos adequados para a população que morava na cidade. Hábitos extravagantes, viciosos e perigosos estavam desconformes com o ideal de moralidade e bons costumes defendidos pela sociedade burguesa.

Como discorre Pesavento (2001), há um pressuposto de que a existência social necessita de regras, códigos, valores que qualificam territórios, pautam as condutas e definem os papéis. A sociedade normativa auto-sanciona os valores que regem a vida dos cidadãos e exclui aqueles que não aceita ou que não se enquadram dentro das regras estabelecidas. Criou-se um ideal de vida e comportamento moral. Tudo é comparado a esse ideal, condenando-se o que não se assemelha ou se enquadra aos cânones.

Para pautar as formas de comportamento adequadas, bem como regulamentar as relações entre o poder público e os municípios, muitas cidades elaboraram Códigos de Postura, assim como Santa Maria, que elaborou seu primeiro compêndio de normas em 1897, revisto e ampliado em 1913. O objetivo era controlar o espaço urbano que se desenvolvia e moldá-lo dentro de um padrão estético e salubre desejável. Esse controle era feito através de regras e orientações de condutas previstas em forma de leis, cujo descumprimento estava sujeito a penalidades, sobretudo na forma de multas.

Paralela a atuação do poder público, percebemos, em aspectos importantes desse processo de modernização, a interferência do poder eclesiástico, com o advento dos Palotinos à cidade (1896). A chegada dessa irmandade impulsionará a vinda de outras congregações, como Maristas e Franciscanas, que, juntos, atuaram nas atividades de saúde e educação, adquirindo proeminência entre os cidadãos. Através da pregação da fé, cuidaram da orientação espiritual na cidade e foram além da atuação religiosa.

O cenário político estadual favoreceu o aprofundamento dos serviços religiosos no Rio Grande do Sul. O governo castilhistaborgista de certa forma incentivou a atuação das congregações católicas ao permitir que a iniciativa privada se responsabilizasse pela educação secundária. Essa lacuna na presença do estado foi preenchida pelos religiosos em Santa Maria.

No ano de 1907, segundo relatório feito pelo padre palotino Caetano Pagliuca, haviam sido fundados três colégios católicos, sob a responsabilidade das Irmãs Franciscanas e dos Irmãos Maristas. O resultado é expressivo, uma vez que a educação na cidade vivenciou, ao longo do século XIX, uma condição desprivilegiada. Até 1879, haviam sido criadas somente três instituições de ensino, entregues ao descaso pela administração municipal.

A fundação do Hospital de Caridade em 1903 é outra conquista para o progresso do município. Modernizar a saúde, racionalizar os procedimentos e as práticas médicas, destinar um local próprio para os cuidados médicos rompe com o padrão de medicina arcaico praticado até então na cidade.

Modernizar uma cidade é um processo complexo, que envolve diversas mudanças. Nem todas as cidades acompanharam o mesmo ritmo de crescimento urbano e nem se desenvolveram levando em conta os mesmos fatores e a partir dos mesmos pressupostos. O processo de modernização da cidade de Santa Maria está relacionado com o advento da ferrovia, indubitavelmente, e contará com a participação de diversos segmentos da sociedade, entre eles, o poder público, que, através dos Códigos, adotará uma postura controladora em relação à urbanização santamariense; a Igreja católica, através dos Palotinos e demais congregações, também interferirá nesse processo, na medida em que proporciona um novo padrão de educação à cidade e colabora também em demais serviços essenciais para o progresso, como a saúde do município.

A atuação desses segmentos – poder público e Igreja - não esteve premeditada por um projeto explícito e acabado de modernização. Entretanto, agiram ao encontro dessa perspectiva ao desempenharem seus papéis junto à sociedade.

Para além das tentativas de conceitualização, a modernidade, portanto, se deixa conhecer pela forma e maneira como opera nos espaços onde seus sinais são revelados. As

ciudades, dessa forma, convertem-se em um espelho no qual se lobriga o desenvolvimento da modernização e da modernidade no mundo com seus diversos fatores impulsionadores. No caso de Santa Maria, política e religião, em processos com feições diferentes, colaboraram no sentido de proporcionar a modernização da cidade, conforme o que foi exposto neste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BALDONI, Ione de Lima. **Criminalidade em Santa Maria 1910-1915: cotidiano e modernidade**. Santa Maria: UFSM- Monografia de especialização. 1997

BELÉM, João. **História do município de Santa Maria (1797-1933)**. Santa Maria: Edições da UFSM, 1989.

BELTRÃO, Romeu. **Cronologia Histórica de Santa Maria. Vol. I (1787-1930)**. Santa Maria: Palotti, 1958.

BENEDUZI, Luís Fernando. **Mal di paese: as reelaborações de um vêneto imaginário na ex-colônia de Conde D'Eu (1884-1925)**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar. A aventura da modernidade**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

BIASOLI, Vitor Otávio Fernandes. A Igreja Católica em Santa Maria: de capela militar à criação da diocese (1797-1910). In WEBER, Beatriz Teixeira & RIBEIRO, José Iran. (Orgs.). **Nova História de Santa Maria: contribuições recentes**. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 2010.

_____ **A Conquista Católica de Santa Maria (1896 – 1920)**. Comunicação apresentada no II Simpósio Internacional sobre religiões, religiosidade e culturas, na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, em abril de 2006.

_____ **O Enraizamento da Igreja Romanizada na região central do Rio Grande do Sul: da Quarta Colônia de Imigração Italiana para as cidades luso-brasileiras (1886 – 1925)**. Comunicação apresentada no Seminário Internacional: Leituras e Interpretações da Imigração na América Latina, na UNISINOS, em setembro de 2004.

CARVALHO, Daniela Valandro de. **Entre a solidariedade e a animosidade: os conflitos e as relações interétnicas populares em Santa Maria. – 1885 a 1915**. São Leopoldo: UNISINOS, 2005. (Dissertação de Mestrado)

CECCIN, Neida Morales (org). **Santa Maria: memória**. Santa Maria: Pallotti, 2008

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril. Cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

COLETÂNEA DA LEGISLAÇÃO Municipal de Santa Maria. AMSM

DAUDT Filho, João. **Memórias**. Santa Maria: Ed.UFSM, 2003.

DOHL, Rosa de Souza. **Evolução urbana de Santa Maria: aspectos históricos**. Santa Maria: UFSM- Monografia de especialização. 1986

FARINATTI, Luís Augusto. Lavradores, escravos e criadores de gado: o universo agrário de Santa Maria (meados do século XIX). In WEBER, Beatriz Teixeira & RIBEIRO, José Iran.

(Orgs.). **Nova História de Santa Maria: contribuições recentes**. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 2010.

FLORES, Ana Paula M. **Descanse em Paz: Testamentos e Cemitério Extramuros na Santa Maria de 1850 a 1900**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da PUCRS. Porto Alegre, 2006.

FLÔRES, João Rodolpho Amaral. **Fragments da História Ferroviária Brasileira. Fontes documentais. Principais Ferrovias. Viação Férrea do Rio Grande do Sul. Santa Maria, a “Cidade Ferroviária”**. Santa Maria: Pallotti, 2007

_____. Santa Maria: Terra de Humanidade e Cultura. In WEBER, Beatriz Teixeira. RIBEIRO, José Iran. (orgs). **Nova História de Santa Maria: contribuições recentes**. Santa Maria (s.n) 2010

FOLETTTO, Vani Terezinha (org). **Apontamentos sobre a historia da arquitetura de Santa Maria**. Santa Maria: Pallotti, 2008.

FÓLLIS, Fransérgio. **Modernização urbana na Belle Époque paulista**. Franca: Editora da UNESP, 2004.

GRUNEWALDT, Silvana. Santa Maria e a modernização da paisagem urbana no fim do século XIX e início do século XX. In WEBER, Beatriz Teixeira & RIBEIRO, José Iran. (Orgs.). **Nova História de Santa Maria: contribuições recentes**. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 2010.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. **Sobre as ruínas da velha Matriz: Religião e Política em tempos de Ferrovia (Santa Maria 1884-1897)**. Porto Alegre, PRPPG/PUCRS, 2007. (Dissertação de Mestrado)

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MELLO, Luiz Fernando da Silva. **O Espaço do Imaginário e o Imaginário do Espaço: a Ferrovia em Santa Maria/RS**. Porto Alegre, PROPUR/UFRGS, 2002. (Dissertação de Mestrado)

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. FILHO, Prócoro Velásques. **Introdução ao Protestantismo no Brasil**. São Paulo, Edições Loyola. 1990

MONTEIRO, Lorena Madruga. Os católicos gaúchos e a construção da ordem política: a liga eleitoral católica. In: **Revista Brasileira de História das Religiões**. Ano I, número 2, setembro 2008.

PADOIN, Maria Medianeira. **A Câmara de Comércio e indústria de Santa Maria, sua atuação no desenvolvimento econômico de Santa Maria e região**. Santa Maria: UFSM-Monografia de especialização. 1987.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os pobres da cidade: vida e trabalho**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994.

_____ **Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX.**
São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

ROLINK, Raquel. **O Que é Cidade.** São Paulo: Editora Brasiliense. 1988

SCHWARTZMAN, Simon. **Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo.** São Paulo: Augurium Editora, 2004.

SCHILLING, Getúlio. **A arte fotográfica e o teatro em Santa Maria.** Santa Maria: Pallotti, 2005.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Cartões postais, álbuns de família e ícones da intimidade. *In* SEVCENKO, Nicolau (org). **História da vida privada no Brasil, vol 3: República: da Belle Époque à era do rádio.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TORRESINI, Elizabeth. NASCIMENTO, Mara Regina do. (orgs). **Modernidade e Urbanização no Brasil.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. pg 16.

VÉSCIO, Luiz Eugênio. **O crime do padre Sório: maçonaria e igreja católica no RGS 1893-1928.** Santa Maria: Editora UFSM; Porto Alegre: Editora UFRGS, 2001.

_____ A ultramontana Santa Maria-RS: sede da quarta colônia de imigração italiana. *In* WEBER, Beatriz Teixeira. RIBEIRO, José Iran. (orgs). **Nova História de Santa Maria: contribuições recentes.** Santa Maria (s.n) 2010.

WITTER, Nickelen Acosta. **Dizem que foi feitiço: as práticas de cura no sul do Brasil (1845 –1880).** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.